



Profissionais devem estar atentos a possíveis focos de **influenza aviária**

Apta Hub foca em inovação no Agronegócio e na produção de alimentos

Confira **entrevista** com Sula Alves, diretora da ABPA, sobre a biossegurança na avicultura brasileira

ÍNDICE



14



25



12

- 4 **Por dentro do Conselho**
- 11 **Você no CRMV**
Mário Ramos de Paula e Silva: “O médico-veterinário precisa se unir e se politizar para que seja ressaltada sua importância social”
- 12 **Entrevista**
“Hoje, o processo de comunicação digital e o acesso à informação por este meio derruba barreiras que impediam o avanço da educação sanitária”, afirma Sula Alves
- 14 **Especial**
Brasil mantém o *status* de país livre de influenza aviária de alta patogenicidade
- 24 **Opinião**
Desenvolvimento pecuário com foco na sustentabilidade
- 25 **Perspectiva**
Como o médico-veterinário deve proceder ao ser denunciado ao Conselho
- 28 **Perspectiva**
CRMV-SP firma parceria inédita com o Governo do Estado e integra operação “SP sem Fogo”
- 29 **Fazendo a diferença**
Apta Hub promoverá inovação com foco no Agronegócio e produção de alimentos
- 30 **Perspectiva**
Febre maculosa: zoonose apresenta alta taxa de letalidade e preocupa saúde pública
- 32 **Perspectiva**
Médico-veterinário é profissional essencial para controle de pragas
- 34 **Nas Comissões**
- 36 **Publicações Oficiais**
- 37 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Apeninos, 1.088
Paraíso - CEP: 04104-021 - São Paulo (SP)
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br



fb.com/crmvsp



@crmvs_sp



@crmvsp

www.crmvsp.gov.br

Accesse e confira o conteúdo exclusivo.

Diretoria Executiva

Presidente: méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. **Vice-presidente:** méd.-vet. Fábio Manhoso. **Secretário-geral:** méd.-vet. Fernando Gomes Buchala. **Tesoureira:** méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. **Conselheiros efetivos:** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mussi Antonio de Lacerda; méd.-vet. Rogério Arno Miranda; méd.-vet. Sílvio Arruda Vasconcellos; méd.-vet. Suely Stringari de Souza. **Conselheiros suplentes:** zoot. Ana Cláudia Ambiel Corral Camargo; méd.-vet. Felipe Consentini; méd.-vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Raphael Marco Blech Hamaoui; méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. **Chefe de gabinete:** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 55, 7º andar, sala 12, Araçatuba (SP). Fone: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, nº 1.040, salas 601 a 604, Botucatu (SP). Fone: (14) 3815-6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Dr. Campos Sales, nº 532, sala 23, Centro, Campinas (SP). Fone: (19) 3236-2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, nº 936, 7º andar, conj. 73, Marília (SP). Fone: (14) 3422-5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, nº 983, sala 61, Presidente Prudente (SP). Fone: (18) 3221-4303
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, nº 490, conj. 306 a 308, Ribeirão Preto (SP). Fone: (16) 3636-0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Santos | Av. Almirante Cochrane, nº 194, conj. 52, Aparecida, Santos (SP). Fone: (13) 3227-6395
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, nº 3.011, 8º andar. Fone: (17) 3235-1045
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, nº 460, 11º andar, sala 1.101, Jardim Vergueiro, Sorocaba (SP). Fone/fax: (15) 3224-2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, nº 615, Centro, Taubaté (SP), caixa-postal 52. Fone: (12) 3632-2188
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação

Editor responsável: méd.-vet. Sílvio Arruda Vasconcellos

Jornalista responsável: Lais Domingues - MTB: 59.079/SP

E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br

Redação: Gisele Donato - MTB 22.429/SP

Colaboração: Camila Garcia - MTB 80.003/SP

Sede do CRMV-SP

Rua Apeninos, nº 1.088, Paraíso,
São Paulo (SP) - CEP: 04104-021
Fone: (11) 5908-4799
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Mota Produções

Diagramação: Gustavo Versiani | Mota Produções

Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções

Capa: Mota Produções

Odemilson Donizete Mossero
Presidente do CRMV-SP



PARCERIA É A MELHOR ESTRATÉGIA

Os últimos meses têm sido mais do que intensos e seguimos com o propósito de nossa gestão de nos aproximar dos agentes públicos com o objetivo de fortalecer cada vez mais a Medicina Veterinária e a Zootecnia, valorizar a atuação dos profissionais nas diversas frentes, e colaborar na construção de políticas, colocando nossas 27 Comissões Técnicas à disposição dos dirigentes.

Em maio, o encontro com o subsecretário de Meio Ambiente, Jonatas Souza da Trindade, nos deu a oportunidade de externar a preocupação com licenciamento ambiental e gerenciamento e destinação de resíduos resultantes de serviços de saúde animal e de atividades agropecuárias; de pleitear nossa participação no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e em comissões técnicas da subsecretaria; além de tratar diversos temas que impactam a atuação de médicos-veterinários e zootecnistas.

Com o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, reiteramos a necessidade da aproximação do Conselho com as diferentes esferas públicas, ressaltando a importância da participação do médico-veterinário na saúde pública, tendo em vista as famílias multiespécies, em que animais possuem status de membros familiares, e a consequente necessidade da criação no Estado de uma Política de Saúde Única (humana, animal, do meio ambiente e vegetal).

Destacamos também a necessidade de fortalecer a vigilância animal dentro do contexto da saúde pública e da vigilância sanitária, com a definição de um órgão ou autoridade que seja responsável pela vigilância animal na esfera da Secretaria de Saúde do Estado e integrado aos outros órgãos competentes, para mitigar os riscos de transmissão de doenças zoonóticas, que acometem animais e podem ser transmitidas para seres humanos.

O trabalho de aproximação com as diversas esferas de poder é árduo, mas as possibilidades de parcerias ou de colaboração do CRMV-SP são inúmeras e já começa a dar frutos. Estivemos, em junho, no Palácio dos Bandeirantes, com o governador Tarcísio de Freitas para firmar parceria inédita com o Governo do Estado, passando a integrar a operação “SP sem Fogo”. O projeto visa prevenir e combater incêndios florestais e queimadas em grandes áreas verdes próximas a regiões rurais e urbanas. Preciso ressaltar a fundamental atuação política da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do Regional e da médica-veterinária Bianca Colepicolo, que foi a base para conseguirmos esta parceria. O acordo técnico é extremamente valioso e contribuirá para a preservação da vida animal e do meio ambiente, gerando impactos para a vida humana. É essencial que o médico-veterinário e o zootecnista estejam envolvidos, afinal, eles, cada qual em sua área de atuação, são agentes de Saúde Única.

Nesta edição do Informativo CRMV-SP, a matéria especial sobre a influenza aviária mostra a importância da biossegurança na avicultura. Outro destaque é a entrevista com a zootecnista Sula Alves, diretora técnica da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e coordenadora do GT de sustentabilidade do Conselho Internacional de Avicultura, que aborda a importância da atuação de médicos-veterinários e zootecnistas na prevenção da influenza aviária nos plantéis.

É fundamental que a influenza aviária, assim como outras doenças, esteja sempre em pauta, e tenha atenção, cuidado e investimentos em biossegurança constantes do País e dos profissionais para que possamos continuar garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos de origem animal. O momento é de alerta, de seguirmos monitorando a doença e de, cada vez mais, galgarmos posição de destaque para as nossas profissões.

**A busca pela integração de todos nós profissionais da
Medicina Veterinária e da Zootecnia será contínua.
Dessa forma, sairemos fortalecidos!**

Boa leitura!

GTI da Secretaria da Saúde lança página de publicações interprofissionais

O Grupo Técnico Interprofissional (GTI) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, criado em 2014, lançou uma página para divulgação de publicações interprofissionais. O grupo, que é formado por conselhos regionais de profissões da área da Saúde, incluindo CRMV-SP, tem o objetivo de promover e fortalecer a articulação de ações educativas, de promoção de saúde e bem-estar, de caráter interprofissional.

O GTI busca sensibilizar e promover diálogo entre as profissões da área da Saúde, de forma a elaborar uma agenda de ações que permitam aos conselhos regionais serem parte integrante na disseminação de informação, prática e regulação. “Cerca de 75% das doenças emergentes têm origem animal, o médico-veterinário é profissional da saúde e precisa participar de grupos e discussões que estejam inseridos neste contexto de saúde e bem-estar únicos”, enfatiza Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP.



FREPIK

Serviço – Para conhecer a página do GTI, acesse: <https://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage/outros-destaques/grupo-tecnico-interprofissional>



Relatório de Gestão 2022 do CRMV-SP está disponível no Portal da Transparência

O Relatório de Gestão 2022 do CRMV-SP pode ser consultado por toda a sociedade, na Plataforma da autarquia, por meio do Portal da Transparência. De acordo com Emanuel Coelho, responsável pela elaboração do relatório e controlador interno no período, o documento foi desenvolvido de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União (TCU) e mostra o resultado dos esforços do Regional na busca por excelência em suas práticas e na prestação de contas sobre as ações anuais. “É um modelo que prioriza o acesso às informações de forma simplificada, para que toda a sociedade possa consultar e compreender o relatório”, explica Coelho.

Para o presidente do Regional, Odemilson Donizete Mossero, o documento mostra o dinamismo e o investimento nas diferentes áreas da autarquia, com perspectivas de melhorias nos serviços, na integração e na valorização dos profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia. “Agradeço o trabalho de diretores, conselheiros, e de todos os colaboradores do CRMV-SP, pois os bons resultados apresentados são sustentados por esta equipe dedicada”, disse o presidente Odemilson Donizete Mossero.

Serviço – O Relatório pode ser acessado por meio do link: <https://crm-sp.implementa.net.br/portalttransparencia/#publico/Conteudos?id=a6926f85-d5fd-45d3-93a4-c99bab9a4328>



CRMV-SP se reúne com chefe de gabinete da Secretaria de Saúde

Em abril, representantes do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) estiveram reunidos com o chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, Eudes Quintino de Oliveira Júnior, para tratar de duas questões importantes para a categoria: a necessidade premente de instituir uma autoridade de vigilância sanitária animal e a necessidade de revisão, retificação e atualização da Portaria CVS nº 01/2020.

Participaram da reunião representando o CRMV-SP, o diretor técnico Leonardo Burlini; a presidente da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária, Adriana Maria Lopes Vieira; e o assessor de gabinete, Olírio Saletti Lobo. Isabel Andrade Moraes, diretora da Divisão Técnica de Produtos Relacionados à Saúde (Ditep), da Coordenadoria de Vigilância Sanitária; e Maria Cristina Megid, diretora técnica do Centro de Vigilância Sanitária (CVS), da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, também estiveram presentes ao encontro.

Subsecretário de Estado do Meio Ambiente recebe representantes do Conselho

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, o diretor técnico da autarquia, Leonardo Burlini, e o assessor de Gabinete para assuntos parlamentares, Olírio Saletti Lobo, estiveram, em abril, reunidos na Subsecretaria de Estado do Meio Ambiente. Os representantes do Regional foram recebidos pelo subsecretário Jonas Souza da Trindade e pela coordenadora de Fauna Silvestre, a bióloga Patrícia Locosque.

No encontro foram apresentadas as frentes em que o Regional pode colaborar com a pasta, além de serem debatidos temas como licenciamento ambiental, e gerenciamento e destinação de

resíduos resultantes de serviços de saúde animal e de atividades agropecuárias. Na ocasião foi solicitada também a consideração do CRMV-SP para compor comissões técnicas ligadas à subsecretaria, assim como o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).



ACERVO CRMV-SP

Comitiva do Regional participa de reunião com o vice-governador de São Paulo

Integrantes da Diretoria da autarquia e representantes das Comissões de Políticas Públicas, Saúde Pública Veterinária, Agronegócio, Educação e de Entidades Veterinárias Regionais se reuniram, em abril, com o vice-governador do estado de São Paulo, Felício Ramuth, no Palácio dos Bandeirantes, e levaram pautas de interesse da Medicina Veterinária e Zootecnia, assim como da saúde pública.

Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP, ressaltou que o Conselho é um órgão fiscalizador, mas também de assessoramento às diferentes esferas públicas no que se refere à Medicina Veterinária e à Zootecnia. “Esta aproximação com o governo do Estado é fundamental para que possamos contribuir para com a formação de políticas públicas em parceria nas diferentes áreas.”

“Esta aproximação com o Conselho é essencial. O olho no olho faz toda a diferença. Tendo conhecimento da seriedade do CRMV-SP coloco o Gabinete à disposição para facilitar a interlocução com as diferentes secretarias”, enfatizou Felício Ramuth, vice-governador.



ACERVO CRMV-SP

Representante se reúne com Comissão Especial da Causa Animal e vereadores de Piraju

A representante regional de Marília, Elma Polegato, participou de reunião, em abril, com vereadores da Comissão Especial de Estudos da Causa Animal da Câmara Municipal de Piraju.

A médica-veterinária foi convidada para contribuir com seus conhecimentos relacionados à causa animal, bem como esclarecer dúvidas sobre o código zoonosológico da região, e leis federais e estaduais. Elma também reforçou o papel de colaboração da autarquia junto aos órgãos políticos, buscando melhores soluções para a sociedade e para o pleno exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia.



ARQUIVO PESSOAL/ELMA POLEGATO

Recadastramento profissional já está disponível: saiba como fazer o seu



A partir do início de maio, o CRMV-SP iniciou a campanha de recadastramento profissional de médicos-veterinários e zootecnistas. Até dezembro de 2024, aqueles que fizerem o procedimento receberão de forma gratuita os novos modelos de cédula de identidade profissional digital e física.

Para se recadastrar, os profissionais terão de atualizar os dados pessoais e de contato (endereço, telefone, e-mail), e a formação acadêmica, incluindo cursos de aprimoramento ou pós-graduação realizados, e fazer *upload* de documentos comprobatórios de identificação, formação, foto e assinatura, conforme orientações disponíveis na plataforma do Conselho.

Para fazer o recadastramento:

- Acesse a Plataforma do CRMV-SP, clique no botão “Recadastramento”, realize o login e faça a conferência e atualização, se necessário. Um e-mail será enviado para confirmar que os dados foram recebidos pelo CRMV-SP.
- Após a análise das informações, foto, assinatura e documentos enviados, o profissional receberá um e-mail no endereço cadastrado, informando se o pedido foi deferido ou indeferido (quando houver a necessidade de correção ou reenvio de dados e/ou documentos). Após o deferimento, a cédula digital estará disponível pelo aplicativo do CFMV em até dois dias úteis.
- Todas as comunicações com o profissional serão realizadas via endereço eletrônico, portanto, caso ainda não tenha feito o cadastro no Serviços On-line, faça seu primeiro acesso, ou resgate a senha, clicando no link <https://crmvs-sp.implanta.net.br/servicosonline/>.



ACERVO CRMV-SP

Associação Brasileira de Gestão Técnica Veterinária – em abril, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, esteve reunido com o presidente da Associação, Sérgio Lobato, para estudos e alinhamento de possíveis projetos conjuntos.

Conselho lança manual sobre estrutura necessária para funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários

Visando esclarecer as diferenças entre os tipos de estabelecimentos médico-veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e os requisitos necessários para a estruturação de cada serviço, o CRMV-SP lançou o manual “Estruturação de Estabelecimentos Médico-veterinários”, que traz orientações sobre a Resolução CFMV nº 1.275/2019.

O cumprimento da norma, que tem como foco as boas práticas médico-veterinárias, deve ser observado pelos responsáveis por ambulatórios, consultórios, clínicas e hospitais veterinários. “Apresentamos um manual descomplicado à classe e reafirmamos a necessidade do médico-veterinário se manter atualizado, planejando e definindo ações que melhorem a qualidade dos serviços prestados à saúde pública e animal. Ganha, sobretudo, a sociedade, que terá clareza sobre os serviços que podem ser realizados em cada um dos locais”, afirma Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP.

Serviço – Para acessar o Manual, clique no link abaixo: https://crmvsp.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/25.05_Manual_Resolucao_1275.pdf



CRMV-SP participa de Encontro de Educação Sanitária, realizado pelo Mapa

Integrantes de comissões e grupos de trabalho do CRMV-SP participaram, em maio, do “1º Encontro de Educação Sanitária: Educar Para Prevenir!”, realizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) com apoio do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

O evento visa fomentar uma articulação multi-institucional e multidisciplinar, atualizar e capacitar técnicas em educação sanitária, dentro do conceito da Saúde Única. O encontro contou com a participação de diversas instituições que atuam nas áreas da saúde e meio ambiente, com o intuito de formar núcleos regionais em todo o País para ampliar as discussões e trabalhos relacionados à educação sanitária, junto ao produtor rural e a diversos outros setores da sociedade.

ARQUIVO PESSOAL/ELMA POLEGATO



CRMV-SP visita prefeituras do interior paulista

O vice-presidente do Conselho, Fábio Manhoso, e a representante regional de Marília, Elma Polegato, se reuniram com os prefeitos das cidades de Herculândia, Paulo Sérgio de Oliveira; e de Iacri, Carlos Alberto Freire.

As visitas tiveram como objetivo estreitar os laços com o poder executivo e dialogar com os profissionais médicos-veterinários dos municípios. Também foi possível discutir sobre as demandas e necessidades das regiões e colocar o Regional à disposição para contribuir para com o poder público, no que se refere à saúde pública e ambiental, bem como com ações e atividades que envolvam a Medicina Veterinária e a Zootecnia.



ARQUIVO PESSOAL/FÁBIO MANHOSO

A Da esq. para dir.: a médica-veterinária Beatriz Godoy; o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso; o prefeito de Herculândia, Paulo Sérgio de Oliveira; e a representante regional de Marília, Elma Polegato

B Da esq. para dir.: o secretário municipal de Agricultura de Iacri, Gilberto Nunes Brito; a médica-veterinária Najla Garib; a representante regional de Marília, Elma Polegato; o prefeito de Iacri, Carlos Alberto Freire; e o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso

CRMV-SP se reúne com representantes da Prefeitura de São Paulo

O assessor de Gabinete para assuntos parlamentares, Olírio Salletti Lobo, e o presidente da Comissão Técnica de Políticas Públicas do CRMV-SP, Raphael Hamaoui, se reuniram, em maio, com o secretário adjunto da Casa Civil da Prefeitura de São Paulo, Milton Alves Júnior, para iniciar diálogo e parceria com a administração municipal.

Ainda no mês de maio, Lobo e Hamaoui se reuniram também com o secretário executivo de Relações Institucionais da Prefeitura de São Paulo, Enrico Minasi, e a coordenadora de Relacionamento com Entidades e Confederações, Ana Luisa Gomes Ferreira Pegoraro.

Entre as ações em conjunto vislumbradas, um protocolo de intenção, a exemplo do assinado, recentemente, com o Governo do Estado, para a atuação do Conselho em desastres que envolvam animais e a necessidade de resgate técnico; e proposta de uma agenda com o secretário de Saúde do município para tratar, entre outros assuntos, do conceito de Saúde Única.

Presidente do CRMV-SP recebe título de cidadão benemérito de Sebastianópolis do Sul

Em reconhecimento por ampliar o nome de Sebastianópolis do Sul, especialmente na área da Medicina Veterinária, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero recebeu, em junho, o título de cidadão benemérito de sua cidade natal, em cerimônia de outorga, realizada na Câmara Municipal de Vereadores. O título foi autorizado pelo Decreto Legislativo nº 01/2022, de 09 de novembro de 2022.

O médico-veterinário e vereador Deyvid Teixeira Alota foi o proponente do decreto que concedeu a honraria. "Ficamos bastante emocionados com a homenagem, foi um evento muito bonito. É uma honra receber o título. Ênfase que esta honraria é para a Medicina Veterinária e, principalmente, para a família Mossero", destacou.



ACERVO CRMV

CRMV-SP participa da 2ª Câmara Nacional de Presidentes

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) participou da 2ª Câmara Nacional de Presidentes do Sistema CFMV/CRMVs, que aconteceu, em maio, em Fortaleza (CE). Marcaram presença no evento, diretores e representantes dos 26 estados e do Distrito Federal.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, apresentou o tema "Cursos Técnicos em Veterinária". Estiveram presentes ainda Rosemary Viola Bosch e Leonardo Burlini, respectivamente tesoureira e diretor técnico do Regional.



ACERVO CFMV

Representantes do CRMV-SP se reúnem com diretor regional da CDA de São José do Rio Preto

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, o secretário-geral, Fernando Gomes Buchala, e o representante regional, Izalco Nuremberg Penha dos Santos, se reuniram, em maio, na unidade da autarquia em São José do Rio Preto, com o diretor regional da Coordenadoria de Defesa Animal, Acácio Romoaldo Assoni Rodrigues.



Da esq. para dir.: Acácio Romoaldo Assoni Rodrigues, Izalco Nuremberg Penha dos Santos, Odemilson Donizete Mossero e Fernando Gomes Buchala.

ACERVO CRMV-SP



Taubaté

A cidade de Taubaté, no Vale do Paraíba, foi sede do CRMV-SP Escuta, em abril, reunindo 60 profissionais médicos-veterinários e zootecnistas da região. No município também foi realizada a 551ª Sessão Plenária Ordinária, que teve a presença da diretoria e dos conselheiros, bem como de representantes regionais.

Entre os temas colocados em discussão, a publicidade irregular, a fiscalização, a quantidade e qualidade dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia, o ensino a distância, a necessidade de participação política das classes, a parceria do Conselho com a Defesa Civil em situações de desastres, a remuneração e a vacinação dos profissionais na cidade, o exercício ilegal da profissão e a prova de proficiência, entre outros.



ACERVO CRMV-SP

Piracicaba

Dando sequência à programação de eventos prevista para 2023, a comitiva do CRMV-SP esteve, em maio, no município de Piracicaba para mais uma edição do projeto, que contou com a participação de quase 40 profissionais e estudantes.

Entre os assuntos de destaque estiveram o prontuário e sua segurança quando no formato digital; a lei de autocontrole e a chamada para que médicos-veterinários ocupem espaço nesse novo cenário; talonário para medicamentos de uso controlado; dispensário e licenciamento sanitário, com destaque para o histórico das ações que o Regional vem desenvolvendo jurídica e politicamente para promover a atualização da portaria do Centro de Vigilância Sanitária nº 01/2020 de forma que todos os estabelecimentos veterinários estejam incluídos no rol dos considerados de interesse para a saúde pública.



ACERVO CRMV-SP

Mogi Mirim

Em junho, foi a vez do município de Mogi Mirim receber uma edição do projeto CRMV-SP Escuta. O evento reuniu 58 médicos-veterinários e zootecnistas, além de representantes de associações regionais.

Os profissionais questionaram e fizeram sugestões sobre o chamamento público de clínicas pela administração pública, o ensino da Medicina Veterinária, as ações de combate ao ensino a distância integral que têm sido realizadas, a segurança do prontuário digital, as boas práticas para esterilização cirúrgica de animais, a responsabilidade técnica em agropecuárias e petshops, o uso de cannabis medicinal e o atendimento da unidade regional.



ACERVO CRMV-SP

Araçatuba

O município de Araçatuba, no noroeste paulista, sediou, em junho, a 18ª edição do CRMV-SP Escuta. O encontro reuniu 48 profissionais para tratar das demandas da região relacionadas ao exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia.

Entre os assuntos abordados, durante o evento, estiveram os critérios para que um profissional se declare especialista em determinada área da Medicina Veterinária, prova de proficiência, telemedicina veterinária, prontuário digital, denúncias relacionadas ao exercício ilegal da profissão e as ações que têm sido tomadas em relação à publicidade irregular, como a implantação da fiscalização remota, os projetos para uso de inteligência artificial, e a atualização da resolução sobre o tema de forma englobar as novas mídias. Também foram questionadas e esclarecidas as providências a respeito da qualidade do ensino e da modalidade EaD.



ACERVO CRMV-SP

POR DENTRO DO CONSELHO



ACERVO CRMV-SP

Comitiva do CRMV-SP visita a Prefeitura de Taubaté – da esq. para dir.: o coordenador do Controle de Sinantrópicos e Apoio Técnico do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), José Antonio Santos Cardoso; o vereador Marcelo Macedo; a presidente da Comissão Técnica de Entidades Regionais, Maria Cristina Timponi; o representante regional do Conselho no Vale do Paraíba e presidente da Comissão Técnica de Representantes Regionais da autarquia, Márcio Rangel de Mello; o conselheiro Raphael Hamaoui; o presidente da Câmara Municipal, Alberto Barreto; o prefeito José Antônio Saud Júnior; o presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero; a médica-veterinária Karime Cury Scarpelli, ex-presidente da Comissão Técnica de Bem-estar Animal do CRMV-SP; e a secretária municipal de Meio Ambiente e Bem-estar Animal, Magali Neves Rodrigues.

Câmara Municipal de Taubaté – presidente da casa, Alberto Barreto, recebeu a comitiva do CRMV-SP, que apresentou o trabalho do Conselho e colocou as comissões técnicas à disposição dos parlamentares para auxiliá-los nas decisões que envolvam a Medicina Veterinária e a Saúde Única.



ACERVO CRMV-SP

Departamento de Polícia Judiciária do Interior 9 (Deinter 9) – comitiva do CRMV-SP se reuniu, em Piracicaba, com o delegado de polícia diretor do Deinter 9, Kleber Altale. Da esq. para dir.: o tesoureiro da Associação de Médicos-veterinários de Piracicaba e Região, Nilton Miguel Tedesco; os representantes regionais do CRMV-SP do Vale do Paraíba e Campinas, Marcio Rangel de Mello, José Guedes Deak e Paulo Corte; a tesoureira do Regional, Rosemary Viola Bosch; o presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero; o delegado de polícia diretor do Deinter 9, Kleber Altale; o integrante da Comissão Técnica de Saúde Ambiental e profissional da cidade, Roberto Lobão; e o representante regional de Piracicaba, Renato Murta.



ACERVO CRMV-SP

Mogi Guaçu – o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, o presidente da Comissão Estadual de Fiscalização, Otávio Diniz, os representantes regionais de Campinas, Paulo Corte e José Guedes Deak, o diretor técnico, Leonardo Burlini Soares, e a coordenadora técnica, Anne Pierre Helzel participaram de reunião com o secretário de Bem-estar Animal do município e integrantes da Associação Mogiana de Médicos-veterinários.



ACERVO CRMV-SP

Prefeitura de Piracicaba – durante a visita ao município, comitiva formada por diretores e representantes do CRMV-SP se reuniu com o prefeito da cidade, Luciano Almeida; o secretário municipal de saúde, Filemon Silvano; a vereadora e primeira-secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal, Alessandra Bellucci; e o diretor do Departamento de Bem-estar Animal, Matheus Ferreira dos Santos.

Câmara Municipal de Piracicaba – o presidente Odemilson Donizete Mossero e representantes do Conselho foram recebidos pelo presidente da Casa, vereador Wagner de Oliveira e demais autoridades locais. Durante a reunião foram destacadas as ações que têm sido feitas na área de bem-estar animal no município e o trabalho desenvolvido pelos vereadores como apoio a causa.

Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) – na visita, a comitiva do CRMV-SP foi recebida pela coordenação do curso de Medicina Veterinária e conheceu laboratórios, salas de aula e a clínica utilizada para aulas práticas e que passa por reforma para, em breve, atender à comunidade local.



ACERVO CRMV-SP

Prefeitura de Araçatuba – a comitiva do CRMV-SP foi recebida pelo prefeito do município, Dilador Borges, pela vice-prefeita, Edna Flor, e pelos secretários de governo e de desenvolvimento agroindustrial, Arnaldo Vieira Filho, e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Lucas Savério Proto. Estavam presentes também a diretora do Departamento de Atenção Básica e do Núcleo de Regulação do Serviço de Saúde municipal, Cristiane Camargo e Almeida, e a assessora executiva da Secretaria de Saúde, Sandra Exaltação. Entre os temas da conversa com o gestor municipal estiveram a importância de uma política de Saúde Única, a necessidade de autoridade local tanto para vigilância epidemiológica quanto para o cuidado com o bem-estar animal, bem como a integração entre instituições.

Câmara Municipal de Araçatuba – a comitiva do CRMV-SP colocou à disposição as comissões técnicas do Conselho para colaborar com políticas públicas na área da saúde e no bem-estar animal, por meio da revisão técnica de projetos de lei de forma que possam trazer benefício à sociedade. Os representantes do Conselho foram recebidos pela presidente da Câmara, Cristina Munhoz, que, na ocasião, exaltou a importância dos médicos-veterinários como profissionais de saúde e pontuou a necessidade de valorização pela própria classe do papel exercido junto à sociedade.

POR DENTRO DO CONSELHO



ACERVO CRMV-SP

Mogi Mirim – na passagem para realização do CRMV-SP Escuta, o presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero, foi recebido pelo prefeito, Paulo de Oliveira e Silva, e pela médica-veterinária e gerente de Bem-estar Animal do município, Suzeli Soares dos Santos. Na ocasião, foi reivindicada a participação de médicos-veterinários no Conselho Municipal de Saúde e abordados temas como projetos de mutirões de castração; o atendimento, o acolhimento e as cirurgias realizadas pela administração com critério social; chamamentos públicos para convênios com clínicas veterinárias registradas; Medicina Veterinária do Coletivo; e fiscalizações conjuntas.

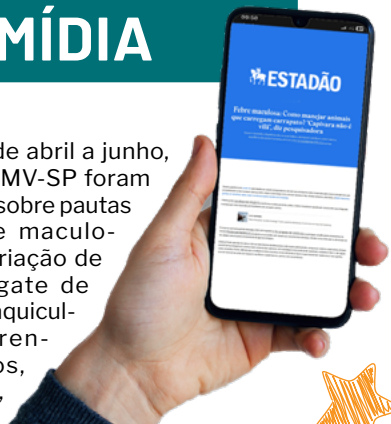
Unesp Araçatuba – cerca de 120 alunos do primeiro ao quinto ano do curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Araçatuba, tiveram a oportunidade de se encontrarem e tirarem dúvidas com diretores e representantes do CRMV-SP. Organizado pela representante regional do Conselho e professora da instituição, Daniela Scantamburlo Denadai, o encontro contou com a colaboração e parceria da coordenadora do curso de Medicina Veterinária, Flávia Rezende Eugênio. A diretoria do Conselho abordou temas relevantes e urgentes como a participação cidadã dos discentes e futuros profissionais, as ações que a autarquia tem desenvolvido em prol da melhoria da qualidade dos cursos de graduação e a luta, junto com o Conselho Federal, para que o ensino a distância da Medicina Veterinária seja desautorizado de maneira integral e seu percentual reduzido na modalidade presencial a apenas 10% da carga horária e reiterou a necessidade da educação continuada ser considerada como meta pelos alunos e profissionais.

Para ver mais fotos das visitas do CRMV-SP Escuta, acesse o link:
<https://crmvsp.gov.br/imagens/>



SAIU NA MÍDIA

Durante os meses de abril a junho, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas a febre maculosa, influenza aviária, criação de coelhos, ensino, resgate de animais em desastres, aquicultura, zootecnia, gerenciamento de resíduos, cannabis medicinal, entre outros.



Total de inserções na mídia

Abril	16
Maio	113
Junho	20
Total	149

Veículos

Estadão, Canal Rural, Portal Vida de Bicho, Revista Cães e Gatos, Record News, Rádio Difusora 810 AM – Jundiaí, e TV Tem de Bauru.

Movimentação dos Processos Éticos*

Denúncias recebidas:	65
Denúncias arquivadas:	25
Processos éticos instaurados:	20
Processos éticos julgados:	24

Fiscalizações*

Empresas inscritas fiscalizadas:	2845
Empresas não inscritas:	687
Autos de infração lavrados:	2246
Fiscalizações no período:	3532

Total de empresas fiscalizadas por Urfa's*

Sede:	1505
Marília:	292
Campinas:	213
Sorocaba:	126
Taubaté:	238
São José do Rio Preto:	158
Araçatuba:	193
Santos:	189
Ribeirão Preto:	309
Botucatu:	201
Presidente Prudente:	108

*Período: abril, maio e junho/2023



ACERVO CRMV-SP

MÁRIO RAMOS DE PAULA E SILVA: “O MÉDICO-VETERINÁRIO PRECISA SE UNIR E SE POLITIZAR PARA QUE SEJA RESSALTADA SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL”

Médico-veterinário é membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP

A sensibilidade e o deslumbre com a beleza da natureza e dos animais foram determinantes para que Mário Ramos de Paula e Silva escolhesse a Medicina Veterinária como profissão. Atualmente, o profissional integra a Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP).

Graduado pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), com pós-graduação em Homeopatia Veterinária, Ramos foi secretário de Saúde e diretor do Departamento de Saúde Coletiva da Secretaria de Saúde do município de Bauru, interior de São Paulo. Atualmente, é servidor público na Unidade de Vigilância em Zoonoses da cidade.

O início da sua vida profissional se deu nas Forças Armadas, especificamente, na Polícia do Exército, além disso, fazia plantões em clínica particular. Posteriormente, mudou-se para Bauru, interior de São Paulo, onde montou seu próprio estabelecimento de saúde animal e, posteriormente, assumiu o cargo de médico-veterinário em Saúde Pública.

Com o passar dos anos, vendeu a clínica e aumentou a carga horária no serviço público municipal, galgou diversos cargos na administração até assumir como secretário municipal de Saúde em 2006, permanecendo no cargo até 2008.

“Sempre achei a profissão de médico-veterinário muito enriquecedora e bela em todos os sentidos. Acredito que a experiência em saúde pública foi, certamente, engrandecedora para minha vida profissional”, enfatiza Ramos.

Desde o último semestre da faculdade, o CRMV-SP esteve presente em sua vida profissional, por conta da entrega da cédula. A partir daí, sempre considerou a relevante a atuação do Conselho, lastreando eticamente os profissionais, além de admirar os profissionais respeitados que sempre ocupam cargos na autarquia.

“Considero muito importante a atuação do CRMV-SP na valorização dos profissionais e na transmissão de valores éticos, já que, atualmente, temos um número enorme de profissionais se formando com distintas capacitações.”

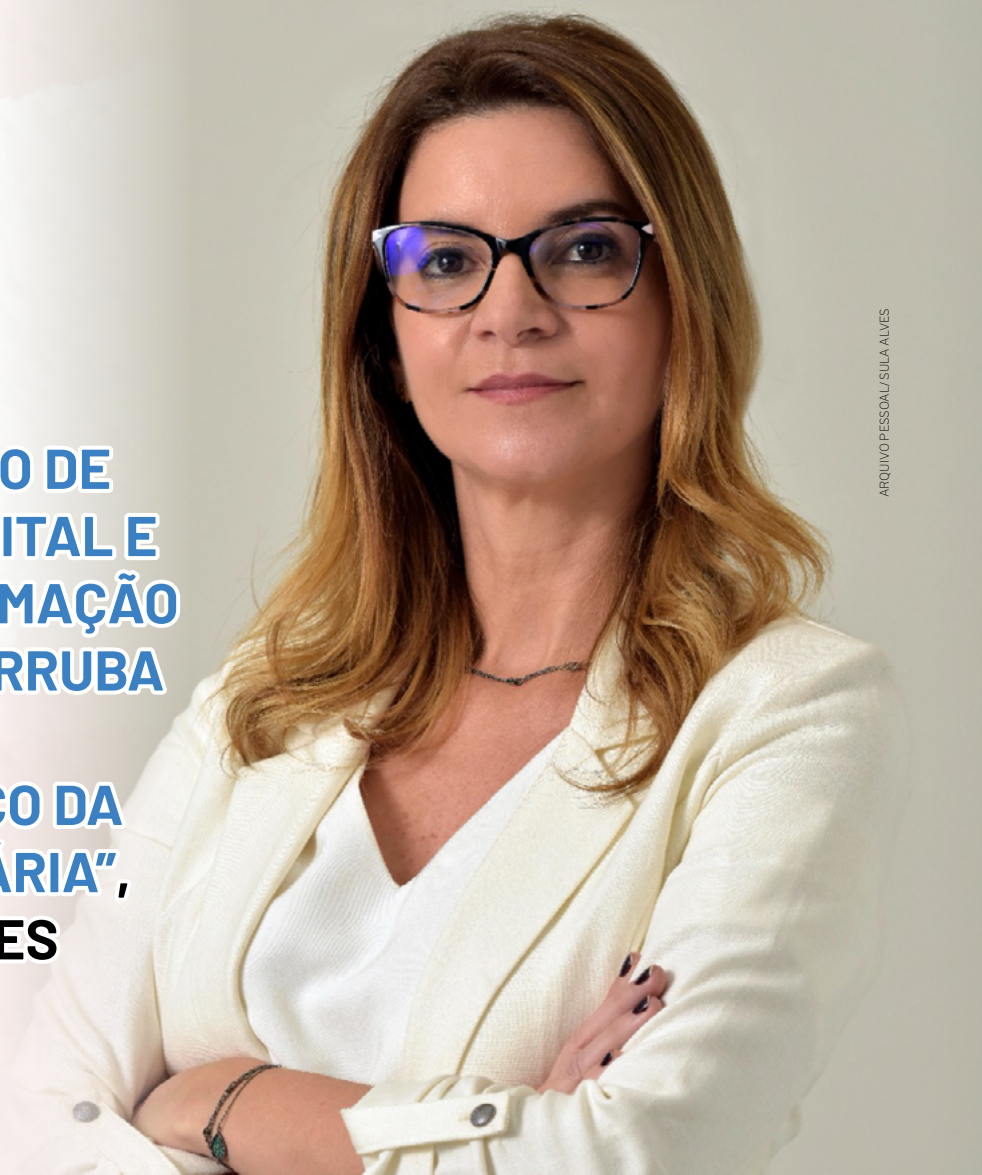
Membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP,

Ramos acredita que a gestão atual está no caminho certo ao se aproximar dos agentes públicos. “A classe médica-veterinária precisa se unir e se politizar para que seja ressaltada a sua importância social e para que os desequilíbrios do meio ambiente, dos animais e, conseqüentemente, do ser humano sejam amenizados.”

Ao longo de 29 anos de atuação com vigilância em saúde, Ramos alerta que com alterações nas formas de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), as vigilâncias estão sendo sucateadas, em detrimento à assistência.

“Sempre digo que no Sistema, a dificuldade gera investimentos que, muitas vezes, são inferiores ao que seria o ideal. Os animais têm cada vez mais importância na vida das pessoas e isso associado ao mundo globalizado faz com que as zoonoses sejam sempre realidades a serem enfrentadas. O esforço está sendo feito, mas ainda há muito pela frente para promover a conscientização da população e dos gestores a respeito da necessidade de implantação de uma política robusta e eficaz de Saúde Única”, conclui Ramos. ■

“HOJE, O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E O ACESSO À INFORMAÇÃO POR ESTE MEIO DERRUBA BARREIRAS QUE IMPEDIAM O AVANÇO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA”, AFIRMA SULA ALVES



Diretora da ABPA e coordenadora do GT de sustentabilidade do Conselho Internacional de Avicultura enfatiza que a biossegurança é papel não somente do produtor, mas do cidadão comum, especialmente, em um país agrícola como o Brasil

Em entrevista ao **Informativo CRMV-SP**, Sula Alves, diretora técnica da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), coordenadora do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Conselho Internacional da Avicultura (IPC na sigla em inglês) e ex-conselheira suplente do CRMV-SP, falou sobre a biossegurança na avicultura brasileira, os desafios de aumentar em 50% a produção de alimentos no mundo até 2050 e a importância da atuação de médicos-veterinários e zootecnistas na prevenção da influenza aviária e de outras doenças que podem acometer os plantéis.

Graduada em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro (UFFRJ), mestre em Zootecnia (Bioclimatologia) pela mesma instituição e doutora em Agronomia (Física do Ambiente Agrícola) pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), onde desenvolveu pesquisas na área de bem-estar animal, Sula aborda, ainda, sobre a importância da sustentabilidade para o agronegócio brasileiro e as principais demandas da avicultura brasileira e mundial. Leia a íntegra:

1- Países que fazem fronteira com o Brasil registraram casos de influenza aviária, colocando em alerta a cadeia produtiva da avicultura nacional. Recentemente, foram registrados os primeiros casos em aves migratórias e algumas suspeitas de ocorrências em seres humanos. Como a senhora analisa o momento atual, levando-se em conta que o País é o maior exportador e segundo maior produtor de carne de frango do mundo?

Os casos notificados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) se referem a ocorrências somente em aves silvestres, o que, segundo a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), não deve representar alteração de status sanitário do País para efeitos de comércio. Em outras palavras, o Brasil mantém seu status de livre de influenza aviária, já que nunca registrou e segue sem registros da enfermidade nos plantéis. Sendo assim, embora

represente um grande alerta ao Brasil, não esperamos impacto no papel do País como maior exportador mundial de carne de frango.

Por outro lado, este é um momento fundamental para que médicos-veterinários, zootecnistas e todos aqueles profissionais que atuam na produção animal sejam formadores de opinião, esclarecendo sobre o baixíssimo risco de contaminação pela enfermidade em humanos, e a inexistência de risco de contaminação entre humanos e, principalmente, por meio do consumo de produtos avícolas.

2- A avicultura brasileira é destaque em se tratando de biossegurança, esta é uma das razões para que muitos produtores não se abalem com os casos de influenza aviária em países vizinhos. Mas diante dos casos detectados em aves migratórias no litoral do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Parará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, qual a chance real de a doença chegar aos plantéis brasileiros?

É difícil estimar as chances. Não existe risco zero, ao mesmo tempo em que a ocorrência em aves marinhas afasta um pouco a chance de aproximação com áreas produtivas que, em geral, no Brasil, são distantes das costas marítimas. Independente disso, o fato de ter o registro da doença em território nacional levou à necessidade de declaração de emergência zoossanitária pelo Mapa para que todo reforço seja feito em atenção à vigilância e prevenção da doença. Este é um estado de atenção que mantemos no Brasil desde muito antes da enfermidade chegar ao nosso território, contudo, a declaração de emergência zoossanitária emitida pelo Ministério visa, estritamente, desburocratizar processos em uma eventual necessidade.

3- Qual seria o impacto econômico da influenza aviária para a cadeia da avicultura e para o agronegócio nacional, caso a doença fosse detectada em animais de produção? E como o setor pode se preparar para evitar a disseminação da doença?

Não realizamos estimativas sobre impactos econômicos para evitar quadros especulativos que são irrealistas, qualquer dado neste sentido parte de princípios equivocados. Por outro lado, o setor produtivo há tempos se preparou para o enfrentamento desta enfermidade, se for necessário. Diversos ensaios já foram realizados e planos de emergência já estão traçados. Neste sentido, o fato de termos um bom sistema de biossegurança e de o Brasil trabalhar com zoneamento para esse tipo de doença é um fator favorável neste contexto.

4- O setor avícola mundial é um dos principais alicerces da segurança alimentar no mundo. Como a senhora avalia os desafios a serem enfrentados pela cadeia produtiva diante do crescimento da população mundial, que pode chegar a 10 bilhões de pessoas em 2050, e das estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de que a produção de alimentos deverá aumentar em cerca de 50% para atender a essa nova demanda?

O desafio é grande, mas, ao mesmo tempo, motivador. Se por um lado há previsões de aumento populacional, especialmente em países em desenvolvimento, onde ainda há milhares de pessoas em insegurança alimentar, por outro há aumento de requisitos como atributos de qualidade, tais como o bem-estar dos animais, o uso de antimicrobianos e outros itens de uma produção sustentável.

Como aumentar a produção para um mundo que ainda tem fome ao mesmo tempo em que se atende às demandas de um consumidor cada vez mais exigente? Vejo para o Brasil uma grande oportunidade e responsabilidade já que sua aptidão natural para a produção agrícola o coloca como um importante ator para a solução desses dilemas da sociedade. Também é uma oportunidade imensa para zootecnistas e médicos-veterinários mostrarem a relevância de suas atividades para a Saúde Única no nosso planeta.

5- Em sua opinião, o avicultor brasileiro de subsistência está mais consciente e colocando em prática os conceitos de sustentabilidade e biossegurança?

Hoje, o processo de comunicação digital e o acesso à informação por este meio derruba barreiras que impediam o avanço da educação sanitária. Sobre isto, o Mapa tem envidado grandes esforços para conscientizar produtores de subsistência de todo o País. Esperamos que as campanhas produtivas alcancem a todos, com a consciência de que biossegurança é papel não somente do produtor, mas do cidadão comum, especialmente, em um país agrícola como o Brasil.

6- Qual a relevância da atuação de zootecnistas e médicos-veterinários na prevenção da influenza aviária e de outras doenças que podem acometer os plantéis?

Educação sanitária e prevenção. Fazer de tudo para que as boas práticas sejam rotina, incansavelmente.

7- Como analisa a importância da sustentabilidade para o agronegócio brasileiro, que gera empregos e fornece proteína a inúmeros países?

A sustentabilidade é aspecto fundamental e indissociável, ainda mais para um país produtor e que pode ser vitrine para o consumidor consciente. Além de ser uma questão de sobrevivência, atentar à sustentabilidade deverá compor as estratégias de negócios e caminhar cada vez mais para aspectos legais.

8- Como coordenadora do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e Meio Ambiente do IPC, atualmente, quais as principais demandas da avicultura brasileira e mundial?

A questão da vez é ESG (environmental, social and governance – sigla em inglês utilizada para definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada), lembrando que não há produção sustentável sem equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico, e isso a avicultura sabe muito bem como direcionar. ■



BRASIL MANTÉM O STATUS DE PAÍS LIVRE DE INFLUENZA AVIÁRIA DE ALTA PATOGENICIDADE

Até o dia 03/08, foram detectados 72 focos da doença em aves migratórias, em sete estados; e dois focos em aves de subsistência; portanto, momento é de alerta

Com o registro de focos de influenza aviária de alta patogenicidade (H5N1/IAAP) em aves migratórias no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, a atenção de todos os envolvidos na cadeia produtiva da avicultura brasileira volta-se ainda mais à biossegurança das aves de produção.

Dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), apontam que, até dia 03/08, foram detectados 72 focos de IAAP em aves silvestres, e dois focos em aves de subsistência, no município de Serra, no Espírito Santo. Mas é importante dizer que, como o Brasil não tem registro de influenza aviária em seus plantéis comerciais, o status de país livre da doença continua mantido.

Diante do primeiro foco em aves de subsistência, o Mapa afirma que medidas sanitárias estão sendo aplicadas para contenção e erradicação do foco de IAAP e intensificadas as ações de vigilância em populações de aves domésticas na região relacionada ao foco. Dependendo da evolução das investigações e do cenário epidemiológico, novas medidas poderão ser adotadas pelo Ministério e para evitar a disseminação do vírus e proteger a avicultura nacional.

A médica-veterinária e virologista Helena Lage Ferreira, presidente da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV) e uma das coordenadoras da Rede Nacional de Vigilância de Vírus em Animais Silvestres, que conta com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Previr-MCTI), ressalta que o momento é de alerta.

“O Mapa declarou o estado de emergência zoonosológica em todo o território brasileiro para que haja uma concentração de recursos humanos, financeiros e tecnológicos e para que os impactos da doença nos lotes comerciais e de subsistência sejam minimizados. Não é possível interromper a transmissão do vírus no ambiente silvestre, mas as medidas de biossegurança e ações rápidas

conseguem prevenir a introdução e o alastramento do vírus nas granjas”, enfatiza a coordenadora do Previr-MCTI.

A médica-veterinária Hélia Maria Piedade, integrante da Comissão de Educação Sanitária, da Superintendência Federal de Agricultura de São Paulo, vinculada ao Ministério (CES/SFA-SP/Mapa), e da Comissão Técnica de Médicos-veterinários de Animais Selvagens do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), destaca que as normas sanitárias internacionais estabelecem que o país permanece com status livre enquanto não for confirmado caso de IAAP em aves de produção, portanto, casos confirmados somente em aves silvestres não alteram essa condição. “As ações de detecção precoce dos focos de IAAP, aliadas à execução das ações previstas no Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNISA), principalmente, com adoção de medidas de biossegurança severas nas granjas e demais locais onde são criadas aves de produção são as medidas iniciais para diminuir o risco de disseminação de focos.”

“A manutenção do status de país livre, primeiramente, requer o atendimento precoce à notificação e a implementação de medidas que mitiguem o risco de disseminação do vírus e possibilitem o rápido saneamento do foco, para que não sejam atingidas criações comerciais”, afirma o diretor técnico de serviço do Programa Estadual de Sanidade Avícola, da CDA/SAA-SP, Paulo Roberto Blandino de Lima Dias.

O médico-veterinário Cláudio Régis Depes, membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária e presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP, lembra que é preciso entender a cadeia epidemiológica da enfermidade e as características de seu agente etiológico para se evitar a transmissão entre animais e estabelecimentos, de modo que o status de país livre seja mantido.

“Temos de conhecer a fundo o nosso inimigo (o vírus), e o modo como ele age. A palavra-chave é biosseguridade, que prevê uma série de estruturas e ações que visam à proteção dos plantéis, diminuindo os riscos sanitários no criatório”, afirma Depes.

Medidas de biosseguridade

A biosseguridade é um conjunto de medidas que diminui o risco de introdução do vírus nos aviários, e todos os produtores, grandes ou pequenos, precisam estar atentos às medidas de controle necessárias. “A biosseguridade não é capaz de eliminar totalmente os riscos de introdução, mas os procura reduzir ao máximo. Outra estratégia importante para a minimização dos prejuízos é a identificação precoce dos casos para que as medidas sanitárias sejam iniciadas e tenham sucesso na contenção do surto. Por isso, os pequenos produtores também precisam estar atentos às orientações que estão sendo oferecidas para que possam identificar uma possível suspeita da doença”, explica Helena.

Depes destaca que as medidas de biosseguridade necessárias nos estabelecimentos de avicultura industrial estão descritas na Instrução Normativa Mapa nº 56/2007, e no Plano de Vigilância de Influenza Aviária e Doença de Newcastle, elaborado em 2022.

O Plano, afirma o presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP, tem como finalidade a prevenção da infecção e manutenção da situação de país livre, não só para fins de segurança da produção avícola e garantias do comércio, como também para a proteção da segurança alimentar e da saúde pública. “Todo o Serviço Veterinário Oficial (SVO) do País está em alerta constante para realizar as ações de vigilância e, caso necessário, de controle da influenza aviária. O Plano está implantado em todas as unidades federativas, aumentando a capacidade de detecção precoce de casos suspeitos. Qualquer cidadão que souber ou tiver informações de problemas sanitários em qualquer espécie de aves, deve notificar o quanto antes o SVO, por telefone, pessoalmente, ou por meio do sistema e-Sisbravet”, explica Depes.

Em decorrência do surgimento de casos na América Latina, ainda em março, por meio da Portaria nº 572/2023, o Mapa suspendeu em todo o território nacional a realização de eventos de concentração animal com a presença de aves (feiras, exposições e torneios), bem como a criação de aves ao livre, sem telas na parte superior, mitigando riscos de transmissão da doença.

AÇÃO DO VÍRUS

Via de eliminação – o vírus é eliminado por um animal infectado, pela secreção oro nasal, conjuntiva, saliva e fezes;

Via de transmissão:

- aerógena entre as aves (implica a necessidade das aves de produção, em especial as de postura, estarem muito próximas entre si, pois as gotículas de secreção oro nasal não se dispersam com facilidade, daí a importância de se evitar a aglomeração);
- água e alimentos (contaminados com secreções e fezes de animais infectados);
- pessoas (colaboradores ou visitantes que podem carrear o vírus em calçados ou roupas);
- veículos (importantes disseminadores entre estabelecimentos).

Vias de entrada – boca e narinas.

Monitoramento nos biomas brasileiros

As aves aquáticas silvestres das ordens anseriformes (por exemplo, patos, gansos e cisnes) e charadriiformes (por exemplo, gaivotas, trinta-réis, maçaricos e andorinhas-do-mar) são consideradas reservatórios naturais dos vírus. A partir do registro de casos no Brasil, o Mapa tem realizado a vigilância passiva, ou seja,



ARQUIVO PESSOAL/HELENA LAGE FERREIRA

Helena Lage Ferreira, presidente da SBV: pequenos produtores precisam ficar atentos para identificar possível suspeita da doença

o monitoramento de aves silvestres com sinais clínicos ou com mortalidade, em colaboração com os programas de monitoramento de praias e em contato com os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) e os Centros de Recuperação de Animais Silvestres (Cras).

“A vigilância ativa, ou seja, dos animais assintomáticos, é realizada especialmente em colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio da rede Previr e por pesquisadores nas instituições de ensino e pesquisa”, salienta Helena Lage.

Hélia Maria destaca que os serviços veterinários oficiais dos estados, vinculados às secretarias de agricultura estaduais realizam vigilância em aves silvestres migratórias e em aves de produção de forma contínua, com colheita de amostras e análise nos laboratórios de referência do Mapa.

No âmbito estadual, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária, por meio do Programa Estadual de Sanidade Avícola, monitora os sítios de aves migratórias do estado de São Paulo, colhendo amostras em trabalho conjunto com a Universidade de São Paulo (USP), “realizando vigilância ativa em aves de vida livre e de subsistência, que estejam próximas a estes sítios”, explica o diretor técnico de serviço, Paulo Roberto Blandino de Lima Dias.

“Embora a maioria das infecções por vírus da influenza aviária não seja patogênica para aves aquáticas, o atual surto de estirpe da IAAP, do subtipo H5N1, levantou grande preocupação devido ao seu impacto incomum em aves silvestres, especialmente em aves marinhas”, ressalta Depes.

O presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP ressalta, ainda, que a exposição direta a aves silvestres migratórias infectadas, oriundas da América do Norte (EUA e Canadá), seria a principal forma de transmissão da influenza aviária para as aves domésticas, seja de vida livre, de produção comercial ou subsistência.

“As aves silvestres migratórias atuam como hospedeiros naturais e reservatórios do vírus, desempenhando um papel importante na sua manutenção e disseminação. Essas aves podem apresentar infecção sem adoecer ou, muitas vezes, se recuperam e continuam infectantes, o que lhes permite transportar o vírus a grandes distâncias ao longo das suas rotas de migração”, explica Depes.

Serviço – As ações de monitoramento são executadas de acordo com o PNSA. Para saber mais, acesse: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animais/programas-de-saude-animais/pnsa-programa-nacional-de-sanidade-avicola-pnsa>



Rotas migratórias

A terceira edição do “Relatório de rotas e áreas de concentração de aves migratórias no Brasil”, publicada em 2019 pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Aves Silvestres (Cemave/ICMBio/MMA), refere que estão descritas 57 áreas de agregação de aves migratórias no País, distribuídas em 490 localidades, em 19 estados e ilhas oceânicas, constituídas particularmente por espécies de aves limícolas e costeiro oceânicas.

Depes salienta que são apontadas cinco rotas principais utilizadas, especialmente, por aves que têm como padrão de migração as rotas oriundas do Hemisfério Norte (neárticas e setentrionais). A mesma espécie pode utilizar mais de uma rota durante o seu deslocamento, usando uma na chegada ao Brasil e outra na partida. “Além disso, o número de pontos de parada ao longo da rota migratória pode variar entre indivíduos da mesma espécie e mesmo, anualmente, para o mesmo indivíduo, a depender das condições fisiológicas alcançadas para migrar durante a invernada.”

Os pontos mais vulneráveis à entrada da IAAP no Brasil são aqueles em que há presença de aves migratórias cujas famílias são as de maior importância epidemiológica para a transmissão da doença, ou seja, anseriformes (*Anatidae*) e charadriiformes (*Charadriidae*), e onde há espécies que têm como padrão de migração as rotas oriundas do Hemisfério Norte.

“A presença de aves migratórias infectadas pelo vírus da IAAP, somada às regiões em que há municípios com sítios de assentamento de aves migratórias de interesse, presença significativa de aves de subsistência, e regiões com avicultura industrial, indicam os pontos de maior vulnerabilidade”, alerta Depes.

As principais rotas

1- Rota Atlântica – ao longo de toda costa brasileira, do Amapá até o Rio Grande do Sul;

2- Rota Nordeste – consiste numa divisão da Rota Atlântica, iniciando na Baía de São Marcos (Maranhão) e no Delta do Parnaíba (divisa Maranhão/Piauí), seguindo pelo interior do Nordeste até a costa da Bahia;

3- Rota do Brasil Central – outra divisão da Rota Atlântica na altura da foz do rio Amazonas e arquipélago de Marajó, de onde segue pelos rios Tocantins e Araguaia, passando pelo Brasil Central e atingindo o vale do rio Paraná na altura de São Paulo;

4- Rota Amazônia Central/Pantanal – as principais chegadas são pelos rios Negro, Branco e Trombetas passando pela região de Manaus e Santarém, seguindo respectivamente pelo vale dos rios Madeira e Tapajós, até o Pantanal;

5- Rota Amazônia Ocidental – também conhecida como Rota Cisandina, penetra no Brasil pelos vales dos rios Japurá, Içá, Purus, Juruá e Guaporé, entrando a partir daí no Pantanal.



Pequenos produtores e criadores de subsistência

No caso dos pequenos produtores e criadores de subsistência em áreas de risco, como rotas de aves migratórias, a divulgação de medidas de biossegurança, orientação e conscientização a respeito da influenza aviária é um fator determinante para a prevenção da doença.

“O sucesso de toda a cadeia produtiva avícola se dá graças à participação de todos os representantes deste setor, incluindo não apenas os grandes produtores, as grandes empresas integradoras, os produtores de grãos, de rações, de suplementos e medicamentos, mas também os avicultores de pequena escala e, certamente, a agricultura familiar”, enfatiza Depes.

Em todo território brasileiro existem sistemas tradicionais de criação para produção de ovos e carne de frango, destinados ao consumo das famílias dos produtores. A Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) ressalta que esses estabelecimentos representam relativamente baixo risco para a disseminação de influenza aviária, pois eles estão limitados a um ambiente domiciliar e não apresentam um contato direto ou indireto com aves de produção ou seus estabelecimentos.

“Entretanto, quando se trata da detecção de doenças que circulam em populações naturais de aves silvestres, considerando maior probabilidade de contato, a importância da agricultura familiar é clara, pois essas aves podem ser consideradas sentinelas para a vigilância de doenças aviárias de interesse para a avicultura nacional, principalmente, aquelas localizadas em áreas de maior risco de contato com aves aquáticas migratórias. O trabalho de conscientização e as visitas técnicas devem ser ampliados, e a presença do SVO nestes estabelecimentos é uma grande oportunidade para a comunicação de risco e educação, visando maior engajamento na prevenção e notificação de suspeita de doenças e mortalidade de aves”, explica o presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP.

“A informação levada com clareza às pessoas que não detêm, principalmente, a assistência veterinária periódica às suas aves é de fundamental importância, uma vez que a ocorrência em países vizinhos de IAAP foi, inicialmente, em aves silvestres e, logo na sequência, em criações de subsistência”, afirma o diretor técnico de serviço do Programa Estadual de Sanidade Avícola, da CDA/SAA-SP, Paulo Roberto Blandino de Lima Dias.

As orientações sobre biossegurança e vigilância valem também para produção de aves em pequena escala ou subsistência, pois, no caso de ocorrência, além dos riscos à saúde pública, também poderá ser comprometido o sustento e qualidade de vida do criador e de sua família.

- Adquirir **animais jovens** e somente de estabelecimentos **autorizados e registrados**;
- Mantenha sua **criação fechada e fora do contato** de aves de vida livre e de outras espécies, como patos, marrecos e aves exóticas;
- Mantenha **comedouros e bebedouros protegidos** de aves silvestres;
- Forneça somente **água sanitizada** para dessedentação e **ração** de local protegido de aves de vida livre;
- Evite que seu criatório esteja **próximo de árvores frutíferas**, que atraíam aves silvestres;
- **Lave as mãos** cuidadosamente antes e depois de entrar em contato com suas aves;
- **Evite o acesso de visitantes em sua criação**, mesmo que não tenham mantido contato com outras aves;
- Caso note qualquer problema de saúde em suas aves, evite contato com os animais suspeitos, **isole a área** e notifique o **médico-veterinário do Serviço Estadual de Defesa Sanitária Animal** de sua região.

Serviço – Para acessar mais informações, disponibilizadas pelo Mapa, sobre influenza aviária, acesse o link: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pnsa/influenza-aviaria-ia>



Principais orientações aos avicultores

Para Dias, as principais orientações a serem passadas aos avicultores destinadas a prevenir a introdução da doença nos plantéis são manter o rigor na manutenção das medidas de biossegurança, principalmente, no sentido de se evitar o contato das aves alojadas com aves de vida livre, evitar o acesso de pessoas estranhas à granja e realizar a assepsia daquelas que adentrarão aos aviários.

A coordenadora do Previr-MCTI ressalta que as visitas devem ser restritas às pessoas essenciais, que devem utilizar vestimentas e sapatos próprios da granja. Os equipamentos devem ser sempre desinfetados, assim como os veículos. Além de manter os registros dos índices zootécnicos e do manejo sanitário, os avicultores precisam estar atentos aos sinais clínicos das aves e notificar, imediatamente, o SVO do estado em casos suspeitos. “É um vírus altamente contagioso e a OMSA destaca que, entre outubro de 2021 e abril de 2023, já foi responsável pela morte e eliminação de mais de 272 milhões de aves domésticas em todo o mundo”, enfatiza Helena.

A integrante da CES/SFA-SP/Mapa e da Comissão Técnica de Médicos-veterinários de Animais Selvagens do CRMV-SP, Hélia Piedade, relaciona as principais medidas de biossegurança:

- instalar pedilúvio (local onde limpamos a sola de sapatos e botas) com solução desinfetante eficaz contra vírus nas entradas dos galinheiros e colocar tela para que aves silvestres não tenham contato com aves domésticas;
- em caso de ocorrência de morte de um número alto de aves de forma repentina ou aves com sinais neurológicos, respiratórios ou diarreia, manter a vigilância permanente e notificar ao SVO no e-Sisbravet;
- lave e desinfete as rodas e carrocerias dos veículos que tiverem que entrar na granja;
- tenha roupas e calçados para usar somente na sua criação;
- evite emprestar ou pegar emprestado materiais e equipamentos de outras propriedades. Caso não seja possível, devem ser lavados e desinfetados antes de entrar em sua granja;
- compre aves sempre com documentação sanitária, provenientes de criatórios registrados. Na dúvida, peça orientação ao seu médico-veterinário de confiança.

Bloquear a propagação

Quando a ocorrência de um caso de IAAP é confirmada laboratorialmente, por ser uma enfermidade exótica no território brasileiro, automaticamente, é acionado um conjunto complexo de atividades técnicas, políticas, econômicas e sociais. Depes explica que essa atuação pressupõe planejamento e definições relativas a todos os aspectos envolvidos, constituindo um sistema de controle e gestão, como o

Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias (Sineagro), instituído pela Instrução Normativa nº 15/2018. Também pode ser acionada a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), prevista no Decreto nº 8.762/2016.

“Tecnicamente, todas as medidas aplicáveis em caso confirmado de IAAP estão especificadas no Plano de Contingência para a Influenza Aviária e Doença de Newcastle. No documento estão descritas todas as operações específicas envolvidas na contenção e eliminação dos focos de IAAP e apresentadas a estrutura e a organização de campo necessárias para a execução dessas operações”, explica Depes.

A agilidade da comunicação é fundamental para que o SVO chegue ao local e estabeleça as medidas sanitárias adequadas para o controle da doença nas criações comerciais. Helena destaca, ainda, que o SVO está capacitado para atender os casos e coordenar as medidas de eliminação das aves e dos resíduos da produção para evitar a dispersão do vírus, bem como que a indenização pública pelos animais eliminados pelo Serviço é um direito dos avicultores e alguns estados possuem fundos indenizatórios que podem complementar o valor. “As instalações, equipamentos e veículos também serão limpos e desinfetados para eliminação do vírus do ambiente e serão estabelecidas zonas para delimitar a área de acordo com o risco de disseminação do vírus”, afirma a coordenadora do Previr-MCTI.

Hélia Maria ressalta também que as ações para cada fase de detecção da IAAP estão definidas no Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), em consonância com o Código Sanitário para os Animais Terrestres, da OMSA. “O bloqueio de movimentação de aves nos perímetros determinados pelo PNSA e a execução rápida das demais medidas previstas são essenciais para minimizar a dispersão de focos”, afirma a integrante do CES/SFA-SP/Mapa e da comissão técnica do CRMV-SP.

Em linhas gerais, o Plano de Contingência para a Influenza Aviária e Doença de Newcastle do Mapa estabelece:

- Atendimento à notificação da suspeita feito pelo SVO, em até **12 horas**;
- Ações institucionalizadas e de responsabilidade dos membros do Grupo Especial de Atenção à Suspeita de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas (Gease), composto por servidores do SVO;
- **Delimitação da área do foco** (unidade epidemiológica com animais com casos confirmados), com **interdição de entrada e saída de animais e materiais** que possam veicular o vírus; da zona de proteção (geralmente área de raio mínimo de três quilômetros no entorno do foco, onde é feita vigilância epidemiológica de todos os estabelecimentos, com avaliações clínicas e normalmente são realizadas colheitas de materiais para encaminhamento a ensaios laboratoriais oficiais para apoio diagnóstico); e da zona de vigilância (geralmente área de raio de no mínimo 10 quilômetros, onde são visitados todos os criatórios com aves, num trabalho de vigilância epidemiológica);
- Imposição de **restrição de movimentação** de aves e seus produtos, veículos e pessoas, na região focal;
- **Sacrifício de todas as aves** do estabelecimento infectado;
- Realização de **limpeza e desinfecção** de instalações, veículos e qualquer equipamento contaminado;
- **Disposição/destruição** adequada de carcaças, cama de aviário, restos de rações e qualquer outro tipo de resíduo de risco;
- **Controle de vetores** (insetos, roedores e pássaros);
- Estabelecimento de vazio sanitário na unidade epidemiológica por, no mínimo, **21 dias**;
- Utilização de **animais sentinelas** com monitoramento clínico e sorológico;
- **Desinterdição e repovoamento** da Unidade Epidemiológica.

São Paulo em alerta

Os primeiros focos de IAAP (H5N1), confirmados pelo Mapa, em junho e julho, em aves silvestres das espécies *Thalasseus maximus* (trinta-réis-real) e *Thalasseus acuflavidus* (trinta-réis-de-bando), na Capital paulista e nas cidades de Santos, Guarujá, Praia Grande e Itanhaém, no litoral sul; e em Ubatuba, Caraguatatuba, Ilha Bela e São Sebastião, no litoral norte; colocaram o sistema de Defesa Sanitária Animal do Estado em atenção e alerta máximos.

“Atividades de divulgação/conscientização, informações técnico/sanitárias, visitas de atenção e vigilância estão sendo executadas em trabalho conjunto com os órgãos públicos relacionados, em parceria com o setor organizado da cadeia produtiva”, afirma o presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP, Cláudio Régis Depes.

Hélia Maria destaca que, em maio, quando ainda não havia sido registrado nenhum caso de influenza aviária em São Paulo, foi realizada uma nova incursão no Complexo Estuarino Lagunar de Cananeia, Iguape, Ilha Comprida, percorridos mais de 80 quilômetros de praias, onde foram colhidas amostras de aves de vida livre, e observadas 520 aves para verificação de existência de sintomatologia compatível com a IAAP. Na ocasião também foram fiscalizadas 32 residências com presença de criações de aves de subsistência, sendo amostradas 235 aves para pesquisa de existência de circulação do vírus da influenza aviária.

O presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do Conselho explica que até o momento, com o conhecimento disponível, o vírus H5N1 não infecta humanos com facilidade, mas quando ocorre, a transmissão de pessoa a pessoa não é sustentada. “Quando há suspeita ou ocorrência de caso de síndrome gripal ou síndrome respiratória aguda grave em pessoas que foram expostas a casos prováveis ou confirmados de aves para influenza aviária, é de extrema importância a notificação imediata às autoridades sanitárias responsáveis nos níveis municipal, estadual e federal, pois pode se constituir emergência de saúde pública. A notificação oportuna acionará as autoridades sanitárias responsáveis pela vigilância e investigação epidemiológica e laboratorial dos casos humanos, assim como pela implementação de medidas adequadas de prevenção e controle”, salienta Depes.

Helena Lage destaca que a Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo realiza o monitoramento de aves silvestres pela vigilância passiva com as notificações recebidas e pela vigilância ativa por meio da colaboração com instituições de pesquisa e ensino, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

“O Ministério da Saúde (MS) publicou a Nota Técnica GVDI-DPNI-SVSA-MS nº 35/2023 sobre as orientações para a vigilância da influenza aviária em humanos, recomendando que as equipes de vigilância em saúde desencadeiem ações de investigação e prevenção, a partir dos casos prováveis ou confirmados de influenza aviária, ressaltando a importância da Saúde Única com a integração de equipes multidisciplinares. Os casos suspeitos pelo Ministério serão considerados a partir de evidências clínicas e epidemiológicas”, explica a coordenadora do Previr-MCTI.

Dias ressalta que, desde 2022, a CDA mantém estreita relação com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, no sentido de levar a informação sobre a IAAP a todos os funcionários do quadro e, principalmente, sobre a importância da notificação o mais rápido possível frente a situações de mortalidade súbita em aves e/ou aparecimento de sintomatologia compatível com a influenza aviária.

“Neste sentido, também foi elaborada uma parceria com os Projetos de Monitoramento de Praias (PMPs), pois estes realizam inspeção diária nas praias paulistas também contribuindo com a vigilância ativa para esta doença. Além de ter sido estabelecida comunicação direta com a Secretaria de Saúde”, afirma o diretor técnico de serviço do Programa Estadual de Sanidade Avícola, da CDA/SAA-SP.

Caso suspeito

Embora rara, a transmissão da ave para humanos do vírus da influenza aviária já foi relatada em diferentes países. A IAAP pode ser transmitida de aves infectadas para outros animais e, potencialmente, para humanos, de duas maneiras principais: diretamente, por contato com aves infectadas ou ambientes contaminados pelo vírus da influenza aviária, ou, ainda, por meio de um outro animal contatante.

“A infecção direta pode ocorrer a partir da exposição a secreções, aerossóis ou fezes de aves infectadas. A transmissão entre pessoas é rara; no entanto, infecções humanas podem ocorrer quando uma quantidade suficiente de vírus entra nos olhos, nariz ou boca de uma pessoa ou é inalada. Profissionais sem uso de equipamento de proteção individual, com contato próximo ou prolongado com aves infectadas ou locais contaminados por aves infectadas podem estar em maior risco de infecção pelo vírus da gripe aviária”, alerta Depes.

Maiores obstáculos para implantação de ações de biossegurança

A biossegurança engloba uma série de medidas e algumas delas podem ser difíceis de serem implementadas, especialmente, se houver a necessidade de uso de recursos financeiros. Helena Lage Ferreira, coordenadora do Previr-MCTI, ressalta que um estudo, realizado na Universidade de São Paulo (USP), avaliou o impacto financeiro da instalação de telas nos aviários e constatou que ele é menor do que os prejuízos acarretados com a entrada de uma doença deste tipo.

“A falta de conhecimento pode também comprometer a agilidade da notificação, por isso, todos nós somos responsáveis pela educação sanitária para deixar todos os avicultores mais envolvidos com o combate ao vírus”, enfatiza Helena.

Depes lembra que uma das principais razões do Brasil ser considerado um grande produtor avícola e nunca ter registrado casos de IAAP se deve ao rigor que é cobrado quanto às medidas de biossegurança adotadas em seus criatórios.

“Na época da edição da Instrução Normativa nº 56/2007 – que estabeleceu os procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais –, houve uma dificuldade muito grande em sua implementação, quando muitos achavam que as estruturas e procedimentos exigidos para registro de criatórios avícolas eram excessivos. Atualmente, a biossegurança presente na avicultura brasileira é admirada em todo o mundo e nos tornamos o maior exportador mundial. A qualidade e competitividade presentes

possibilitam a exportação para mais de 150 países”, afirma o presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP.

Para Depes, todas as medidas de biossegurança são extremamente importantes nos criatórios avícolas brasileiros, diminuindo a sua vulnerabilidade. A maior dificuldade para implementação é a necessidade do isolamento do estabelecimento, em distância segura, com barreiras físicas, cercamento e telamento.

Por sua vez, Hélia Piedade destaca que os maiores obstáculos enfrentados são o treinamento de produtores e colaboradores para a correta utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIs) quando da destinação dos resíduos com possível contaminação, além da questão financeira dos produtores de subsistência para aquisição dos materiais e equipamentos necessários para implementar ações de biossegurança em suas propriedades.

“A regulamentação inicial de exigência de medidas de biossegurança nas granjas do País teve seu início em 2007 e de lá para cá já houve uma grande conscientização do setor da sua importância. Mas o maior desafio, para o setor oficial ou privado, é levar a implantação de critérios mínimos de biossegurança às pequenas criações ou criações de subsistência”, afirma Dias.

Sensibilização da população

A campanha do Mapa, “Influenza aviária? Aqui não!”, tem foco na sensibilização da população em geral, de médicos-veterinários, de zootecnistas, de avicultores e da polícia ambiental. Mas sem dúvida, a importância do cidadão estar atento ao comportamento anormal das aves criadas em âmbito doméstico e saber as noções básicas de prevenção da IAAP também são decisivas para que o Brasil mantenha o status de país livre da doença.

Helena alerta que a educação sanitária faz parte do plano de vigilância dos vírus da influenza aviária, por isso, a campanha do Mapa visa sensibilizar a população sobre uma doença que pode causar grandes prejuízos socioeconômicos e à saúde pública, ofertando informações mínimas sobre o reconhecimento de indícios da doença e de como notificá-la.

“Com conhecimento, as pessoas estarão mais alertas a identificar uma possível suspeita e a comunicá-la ao SVO. A comunicação precoce permitirá que as ações possam ser iniciadas rapidamente e mitigará o impacto da doença”, salienta a coordenadora do Previr-MCTI.

Depes ressalta que a base de todo processo de vigilância é a notificação de suspeita de ocorrência da enfermidade. “Diante da repercussão que a entrada da IAAP em criatórios industriais de aves no País pode ter, em todos os níveis, é imprescindível que toda a sociedade esteja conscientizada e engajada do seu papel na prevenção e na tomada de ações em caso de suspeita de ocorrência da



FLICKR

enfermidade. A conscientização e a educação sanitária voltadas a todos os públicos têm que ser o alicerce para a implantação de políticas públicas de qualidade.”

O presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal destaca que a Instrução Normativa nº 50/2013, estabelece que a suspeita ou ocorrência das enfermidades nela especificadas (dentre elas, as enfermidades nunca registradas no País, como a IAAP) são de notificação imediata obrigatória ao SVO, para qualquer cidadão. “Mas não adianta essa obrigação constar somente na norma, por isso, o Mapa elaborou e intensificou campanhas de informação/conscientização a todos os públicos. Os assuntos tratados buscam contribuir diretamente para o fomento da Saúde Única. São informações básicas e certas sobre principais sinais clínicos nas aves e a necessidade de agilidade nas formas de notificação para rápida e eficaz ação do SVO, que trazem consequências benéficas à campanha.”

Hélia Maria ressalta que, além da notificação, no e-Sisbravet ou no SVO, de aves domésticas ou silvestres mortas ou com sinais clínicos da IAAP ser fundamental para a vigilância e detecção precoce de focos, é muito importante reforçar que ninguém deve ter contato direto com os animais, a não ser profissionais médicos-veterinários utilizando os equipamentos de proteção individuais (EPIs) necessários.

O médico-veterinário Henrique Guimarães Riva, mestre em Conservação e Uso da Biodiversidade, lembra que qualquer pessoa que necessite manusear aves doentes ou mortas deverá seguir rigorosas medidas de biossegurança, ser devidamente treinada, lavar as mãos regularmente e usar EPIs, como máscara facial N95, cobertura para os olhos e luvas. “Os EPIs devem ser descartáveis ou adequadamente desinfetados após o uso. O descarte deverá ser realizado como resíduo contaminante em sacos duplos ou recipientes próprios. As mãos e braços deverão ser higienizados antes e depois do manejo dos animais, para isso, deverão ser lavados com água e sabão, sendo o álcool gel apenas um complemento.”

“O serviço oficial, infelizmente, não tem como estar em todo lugar, com isso a vigilância para a IAAP deve ser compartilhada, não somente pelo serviço oficial e pelo setor produtivo, mas também pelos demais setores e, inclusive, pelo cidadão comum. Pois um foco de IAAP pode vir a afetar, indiretamente, a todos, vide a situação apresentada nos EUA e na Europa, como, por exemplo, a falta de ovos no mercado”, pondera o diretor técnico de serviço do Programa Estadual de Sanidade Avícola, da CDA/SAA-SP.

Serviço – Para saber os endereços das regionais da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, acesse <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/enderecos/>



Relevância da atuação de médicos-veterinários e zootecnistas

Por serem profissionais que lidam diariamente e diretamente com aves e avicultores, os médicos-veterinários e zootecnistas têm um papel de extrema importância no atendimento, orientação técnica, conscientização e garantia da sanidade dos criatórios avícolas, na preservação de recursos naturais e manutenção da saúde pública, em outras palavras, são promotores da Saúde Única.

“Os médicos-veterinários e zootecnistas que exercem a função de responsáveis técnicos em criatórios, fábrica de rações, indústrias avícolas, distribuição/revenda de produtos de uso veterinário, cooperativas e prefeituras são determinantes no planejamento e execução de programas zoossanitários. A elaboração e execução de medidas de biossegurança, boas práticas de produção, prevenção, agilidade na notificação, cuidados em casos de contatos com animais suspeitos, vigilância, controle e erradicação de ocorrências, ações conjuntas entre técnicos da área de saúde animal, órgãos ambientais e de saúde pública são algumas das atribuições de competência destes profissionais, fundamentais para a manutenção do Brasil com o status de país livre da IAAP e para a preservação de nosso patrimônio avícola”, explica Depes.

Hélia Maria lembra que a detecção precoce de focos de IAAP possibilita a contenção da doença. “Os profissionais que estão em contato direto com aves são o ponto principal para a notificação de casos suspeitos e para a divulgação de informações corretas, alertando e orientando a população e os produtores a tomarem as medidas corretas de higiene, manejo e prevenção de contaminação dos animais e das pessoas.”

A coordenadora do Previr-MCTI ressalta que os médicos-veterinários e zootecnistas são fundamentais para assegurar a implementação das medidas de biossegurança nas granjas avícolas e identificar os sinais clínicos característicos da doença, incluindo a queda nos parâmetros zootécnicos das aves.

Fernando Gomes Buchala, secretário-geral do CRMV-SP e presidente da Comissão Estadual do Agronegócio da autarquia, afirma que os médicos-veterinários e zootecnistas são os profissionais responsáveis pela implantação das tecnologias que transformaram a avicultura brasileira na mais moderna e produtiva do mundo, e colocaram o País na vanguarda da produção de proteína animal, com qualidade certificada e baixo custo.

“Neste momento de emergência sanitária, são os médicos-veterinários e zootecnistas que poderão detectar e diagnosticar precocemente um foco da doença, pois implantam, convivem e interpretam os indicadores de saúde e de produtividade. Para qualquer alteração nestes indicadores, existem protocolos muito bem definidos entre os serviços veterinários privado e oficial. O menor tempo possível entre a introdução da doença, investigação, diagnóstico e atendimento ao foco, está, totalmente, ligado à redução de danos”, enfatiza Buchala.

O zootecnista Celso Carrer, presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, salienta que a imagem de profissionalismo e de segurança dos alimentos nessa cadeia é trabalho integrado de muitos *stakeholders* envolvidos no mercado interno e externo, agentes reguladores, investimentos em tecnologia e avanços do ponto de vista de marketing e de gestão da cadeia produtiva.

“É essencial a criação de condições para a ampliação de quadros especializados e profissionais que atuarão neste processo de contínua melhoria do setor e, neste cenário, zootecnistas e médicos-veterinários desempenham papel destacado e necessário”, afirma Carrer.

A auditora fiscal federal agropecuária Anderlise Borsoi, coordenadora de Assuntos Estratégicos, lotada em Brasília, no Departamento de Saúde Animal do Mapa, destaca que todos os profissionais que trabalham com animais – médicos-veterinários, zootecnistas, técnicos agropecuários, entre outros – têm papel fundamental em identificar suspeitas de IAAP e notificar aos serviços veterinários oficiais (SVOs) para que sejam avaliadas. “Por sua vez, os médicos-veterinários do SVO têm o papel de realizar a vigilância e a contingência desta doença.”

Aves com sinais clínicos:

- Alta mortalidade em um lote de aves (maior ou igual a **10%** em até **72 horas**);
- Mortalidade excepcional (súbita e elevada) em **aves de subsistência, de exposição, de ornamentação, de companhia ou silvestre**;
- Sinais clínicos como andar **cambaleante, torcicolo, dificuldade respiratória e diarreia**;
- Queda súbita igual ou maior a **10%** na produção de ovos e/ou aumento de ovos malformados; e
- Redução drástica dos índices **zootécnicos**;

Sempre que observar esses sinais, o profissional deve informar, imediatamente, à unidade do Serviço Veterinário Oficial (SVO) mais próxima ou fazer a notificação pelo e-Sisbravet, acessando o link:

<https://sistemasweb4.agricultura.gov.br/sisbravet/manterNotificacao/abrirFormInternet.action>

Casos em mamíferos

A Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) também alerta para casos de influenza aviária em mamíferos terrestres e aquáticos, o que pode se traduzir a uma ameaça ainda maior da doença para a biodiversidade e à saúde pública. Autoridades têm alertado para a mutação do vírus em mamíferos, o que poderia aumentar ainda mais o risco de contágio para o ser humano.

“O risco está presente, os locais compartilhados por aves silvestres e mamíferos silvestres são pontos de vigilância importantes para casos suspeitos que devem ser notificados ao SVO”, afirma a médica-veterinária Hélia Maria Piedade, integrante da CES/SFA-SP/Mapa.

A médica-veterinária e virologista Helena Lage Ferreira, presidente da SBV e coordenadora da Previr-MCTI explica que os vírus de influenza aviária são capazes de infectar os mamíferos, incluindo as pessoas, esporadicamente. A transmissão ocorre pelo contato com animais infectados ou com o ambiente contaminado com o vírus.

“Porém, até o momento, não foram identificadas mutações no vírus da influenza aviária que permitissem a transmissão sustentável de mamífero para mamífero. Infelizmente, com esta epizootia sem precedentes, temos um alto número de animais silvestres expostos ao vírus, com a confirmação de 32 espécies de mamíferos silvestres terrestres e aquáticos, incluindo a mortalidade altíssima em leões-marinhos no Peru e Chile, além de golfinhos, lontras e botos. Com este grande número de eventos, há uma maior chance do vírus se adaptar”, salienta Helena.

Animais silvestres são vítimas

Assim como, recentemente, no caso da febre amarela, que dizimou o bugio e outras populações de primatas, por exemplo, não só pela doença, mas pela falta de informação das pessoas que acreditavam que eliminando o animal silvestre, também acabariam com a doença, no caso das aves e mamíferos aquáticos serem acometidos pela influenza aviária, a melhor saída é o monitoramento dessas populações e a disseminação de conhecimento para a sociedade.

“A informação para a população das medidas necessárias para ser evitado o contato com animais de vida livre mortos, com comportamento alterado ou, ainda, com sinais clínicos de IAAP é de fundamental importância, além da conscientização da população de que as maiores vítimas dessa doença são os animais silvestres”, ressalta Hélia Maria.

A coordenadora da Previr-MCTI lembra que os animais silvestres são importantes para o ecossistema e a biodiversidade é fundamental para o desenvolvimento sustentável. As aves silvestres aquáticas são os principais reservatórios dos vírus de influenza e o vírus H5N1 de alta patogenicidade é uma das 144 possíveis combinações de seus subtipos. Dependendo do subtipo do vírus e da espécie de ave, o vírus pode ser inofensivo ou fatal.

“Como o vírus tem conseguido infectar diversas espécies de aves (infecção documentada em mais de 355 espécies), ele é, então, transmitido para aves não residentes, o que permite a manutenção e evolução do vírus no ambiente silvestre. Algumas são, inclusive, classificadas como vulneráveis pelo ICMBio, o que causa uma preocupação maior em relação à conservação destas espécies, uma vez que a infecção do vírus acaba sendo fatal. Há uma grande ameaça à biodiversidade”, explica Helena.

Risco ambiental

O Brasil é o país com a maior biodiversidade do mundo – seis biomas terrestres e três ecossistemas marinhos – e é urgente protegê-la. Entre as inúmeras ações de órgãos governamentais e entidades de defesa do meio ambiente, a Rede Nacional de Vigilância de Vírus em Animais Silvestres (Previr-MCTI) possui pesquisadores experientes em diferentes partes do Brasil, que realizam a captura das aves silvestres e a colheita de amostras. Desde outubro de 2022, o trabalho foi intensificado, especialmente, nas espécies-alvo, que pertencem às ordens de anseriformes e charadriiformes.

“Para isso, a equipe utiliza equipamentos de proteção individual para proteger a si e aos animais, que são amostrados e devolvidos à natureza. A Previr-MCTI identificou alguns vírus de influenza em animais dessas duas ordens e fez a comunicação ao Mapa, além do envio de amostras para a realização de contraprovas. A ideia é que o projeto, financiado pelo MCTI, complemente as ações do Mapa para a detecção precoce”, explica a médica-veterinária e virologista Helena Lage Ferreira, presidente da SBV e uma das coordenadoras da rede nacional.

Ainda que não atinja as aves de produção e de subsistência, a influenza aviária pode trazer um grande prejuízo à biodiversidade e perturbação dos ecossistemas. Helena destaca que o vírus tem causado infecções fatais em centenas de espécies de animais silvestres, incluindo algumas ameaçadas de extinção.

Impactos na economia

O Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo. O agronegócio brasileiro gera milhares de empregos diretos e indiretos. Os dados do IBGE referem que, o estado de São Paulo é o maior produtor de ovos do País, com participação de 32% do mercado nacional. Portanto, as consequências que uma doença, como a influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), pode gerar na economia são bastante preocupantes.

“A IAAP, detectada no Brasil em aves silvestres, é uma doença que causa alta mortalidade em diferentes espécies de aves, incluindo as domésticas. Dentre os maiores impactos que a doença pode causar estão a alta mortalidade de aves, grandes perdas financeiras nas indústrias de produção, restrições de comercialização de produtos, diminuição de postos de trabalho nas indústrias avícolas, perda de aves de subsistência e insegurança alimentar”, elenca a auditora fiscal federal agropecuária Anderlise Borsoi, coordenadora de Assuntos Estratégicos, lotada em Brasília, no Departamento de Saúde Animal do Mapa.

O zootecnista Celso Carrer, presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, destaca que, para a cadeia da avicultura, os impactos, certamente, seriam muito negativos. “No caso do mercado de carne de frango, praticamente 35% da produção nacional, hoje, é destinada aos mercados de exportação, cuja abertura e manutenção de contratos internacionais levam décadas para serem firmados. O efeito mais imediato é o represamento de parte importante das vendas e, conseqüentemente, a queda abrupta dos preços dos produtos para o mercado interno, o que leva ao risco de quebra da cadeia de negócios. Todo o cuidado é necessário para que essa situação seja controlada”, enfatiza Carrer.

Fernando Gomes Buchala, secretário-geral do CRMV-SP e presidente da Comissão Estadual do Agronegócio da autarquia, afirma, ainda, que os prejuízos podem ser incalculáveis e dependem da amplitude da ocorrência, caso ocorra mesmo que apenas um foco da doença na avicultura comercial, além dos prejuízos diretos com a morte, sacrifício das aves e destruição de produtos e subprodutos, a região perde a condição de exportação, até que as medidas de contenção e saneamento sejam adotadas.

“Neste período, os produtos e subprodutos serão destinados ao mercado interno até que as autoridades em saúde animal reconheçam que as medidas foram eficazes, o que pode levar semanas, meses ou anos, dependendo da magnitude da ocorrência”, alerta Buchala.

Impactos no abastecimento

A produção de ovos nacional é vendida quase que em sua totalidade no mercado interno, portanto, problemas gerados pela IAAP, como a queda na produção e o aumento da má formação, poderiam impactar no abastecimento da população, inclusive a parcela com maior vulnerabilidade social, que tem no ovo e na carne de frango as principais fontes de proteína.

Com isso, poderia ser afetada a alimentação não só no Brasil, como no mercado externo, já que o País é um dos maiores produtores de alimentos de origem animal do mundo. Para Carrer, uma interrupção do fluxo comercial, por conta de episódios isolados e com pouca relevância no montante da produção brasileira, poderia colocar a viabilidade da cadeia de negócios em risco, por tratar-se de um ciclo curto e sem condições de deslocar a produção local inteiramente para o mercado interno.

“A cadeia de negócios agropecuários tem demonstrado, historicamente, competência suficiente para reagir prontamente às medidas sanitárias a serem adotadas sem prejudicar os interesses do mercado e a certificação de qualidade dos produtos finais. Para tanto, é necessário que estejam envolvidos todos os atores da cadeia de produção. É urgente, paralelamente, comunicar corretamente aos consumidores e clientes internacionais e mostrar exemplos de ações corretivas aos movimentos especulativos e que culminam, normalmente, com a deterioração da imagem do produto brasileiro no mercado internacional”, ressalta o zootecnista.

Buchala explica que, no caso do fechamento das barreiras sanitárias, o produto tipo exportação ficará retido no mercado interno, dando a falsa impressão de aumento de oferta e diminuição de preços, mas em uma melhor análise, sabe-se que após um período inicial nessas condições costuma-se vir a escassez dos produtos, pela diminuição da produção, acarretada pela própria doença (mortalidade e sacrifício das aves), pela ausência ou redução de novos alojamentos, e pelo custo logístico para o reabastecimento de produtos originados fora da região afetada.

“Além desses fatos, haverá uma desorganização total da cadeia produtiva e nas relações de consumo, com consequentes reflexos em várias outras cadeias do Agronegócio, diminuição da renda da população e do PIB da região”, salienta o secretário-geral do CRMV-SP.

Anderlise destaca que em países que convivem com a IAAP na avicultura comercial, em alguns momentos houve redução de disponibilidade, bem como o aumento do custo da proteína diretamente e dos produtos derivados que dependem destas, gerando impacto socioeconômico.

“O Mapa não possui estudo de impacto econômico para cada situação de chegada de IAAP nas

diferentes áreas do Brasil e nas diferentes produções. Mas, nos Estados Unidos, devido ao surto da doença, em 2022, o preço médio do ovo com casca foi 267% maior na semana anterior ao Natal do que no início do ano e 210% maior do que na mesma época de 2021”, afirma a auditora fiscal federal agropecuária.

Defesa Sanitária Animal e Vigilância Epidemiológica/Agropecuária

O trabalho da Defesa Sanitária Animal e da Vigilância Epidemiológica/Agropecuária são igualmente determinantes na prevenção e contenção de doenças. “A atuação do SVO na detecção precoce da IAAP, com determinação do foco e ações de contingência, permite o controle da dispersão da doença, reduzindo possíveis impactos nas cadeias produtivas”, afirma Anderlise.

Para o presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, boa parte do enfrentamento dos desafios para a produção animal quanto ao monitoramento de doenças de caráter global, como o caso da influenza aviária, precisa ser feito de forma profissional e em conjunto com todos os atores da avicultura industrial.

“Este segmento é um dos mais profissionalizados e integrados complexos agroindustriais do País e é responsável pela maior exportação de carne e derivados de frango de corte do planeta. Creio que todos os desafios da cadeia de negócios da avicultura industrial no Brasil, incluindo o manejo sanitário em caso de crises pontuais nos forcem a buscar pontos de melhoria para a governança mais ampla e adequada para que não se paralise o processo produtivo e os fluxos comerciais estabelecidos em que estamos envolvidos”, salienta Carrer.

Do ponto de vista estrutural e de organização setorial, o presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino pondera que tanto o setor público quanto privado precisa adotar uma governança ainda mais estratégica, voltada à tentativa de se estabelecer programas eficazes de controle e enfrentamento de situações críticas.

Buchala ressalta que os serviços veterinários oficial e privado têm de trabalhar em sinergia para aumentar a sensibilidade do sistema de vigilâncias ativa e passiva. Devem estar preparados para atuarem em emergência sanitária, com normas, insumos, materiais, equipamentos e provas laboratoriais em números suficientes para atender as ocorrências. Além de estarem em treinamento constata-se para atuação na notificação de casos suspeitos, investigação, diagnóstico e atendimento dos focos.

“No estado de São Paulo, existe uma coordenação permanente do Programa Estadual de Sanidade Avícola com médicos-veterinários do SVO, distribuídos nas 40 Regionais da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), que tem um convênio com a Associação Paulista de Avicultura para o

fornecimento de profissionais capacitados e especializados em sanidade avícola, capazes de potencializar e agilizar as ações do Programa. A CDA tem, ainda, o Grupo Especial de Atendimento às Suspeitas de Enfermidades Emergenciais (Gease), que conta com médicos-veterinários capacitados para a atuação em emergência sanitária”, explica o secretário-geral do CRMV-SP.

Papel das aves silvestres como reservatórios do vírus

As aves silvestres aquáticas, incluindo algumas espécies migratórias, são os reservatórios naturais dos vírus da influenza aviária. A médica-veterinária e virologista Helena Lage Ferreira, presidente da SBV e uma das coordenadoras da Previr-MCTI, explica que essas aves albergam os 16 tipos de hemaglutinina (HA) e nove de neuraminidase (NA), ou seja, podem ser hospedeiras de 144 subtipos do vírus, que são as combinações de HA e NA.

“A maioria dos vírus não causa nenhuma doença clínica nas aves silvestres, porém, o vírus H5N1 de alta patogenicidade foi introduzido no ambiente e tem causado mortalidade em algumas espécies, sendo que algumas delas são assintomáticas e capazes de disseminar o vírus pelos países vizinhos ou por longas distâncias”, enfatiza a virologista.

Helena esclarece que todos os vírus da influenza aviária são capazes de infectar mamíferos, mas as infecções são esporádicas e ocorrem pelo contato direto – incluindo ingestão de carne crua – dos mamíferos silvestres com aves infectadas ou pelo contato com o ambiente contaminado com o vírus. “Como o vírus está ocorrendo em quase todos os continentes (exceto Antártida, por enquanto), há uma maior exposição dos mamíferos também, portanto, o vírus aumenta ainda mais a ameaça à conservação das espécies silvestres e da biodiversidade.”

O médico-veterinário Ariel Antonio Mendes, professor emérito aposentado da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), de Botucatu, destaca que são reservatórios naturais do vírus, principalmente, as aves aquáticas, como patos, marrecos, maçaricos, gaivotas, garças, pardelas, cisnes, entre muitas outras, e a maior parte dos vírus isolados tem sido de baixa patogenicidade.

“Elas excretam o vírus pelas fezes e, normalmente, não desenvolvem sintomas da enfermidade e são a principal forma de entrada do vírus da influenza aviária em uma determinada região, desempenhando um papel importante na evolução, manutenção e disseminação desses vírus”, afirma Mendes, ressaltando que a mortalidade de aves silvestres tem ocorrido, nos últimos anos, principalmente causada pelo vírus H5N1.

Riva destaca que as espécies consideradas sentinelas para IAAP são: *Arenaria interpres* (vira-pedras);

Calidris alba (maçarico branco); *Calidris canutus* (maçarico-de-papo-vermelho); *Calidris fuscicollis* (maçarico-de-sobre-branco); *Calidris pusilla* (maçarico-rasteirinho); *Falco peregrinus* (falcão peregrino); *Fulmarus glacialis* (pardela-branca); *Stercorarius skua* (mandrião-grande); *Sterna hirundo* (trinta-réis-boreal); *Sterna paradisaea* (trinta-réis-ártico); *Thalasseus maximus* (trinta-réis-real); e *Xema sabini* (gaivota-de-sabine).

Focos de IAAP (H5N1) registrados no Brasil e as espécies afetadas:

Trinta-réis-real	30
Trinta-réis-de-bando	29
Trinta-réis-de-bico-vermelho	02
Atobá-pardo	01
Biguá	01
Carcará	01
Cisne-de-pescoço-preto	01
Corujinha-do-mato	01
Fragata	01
Gaivota-de-cabeça-cinza	01
Gaivota-maria-velha	01
Galinha	01
Ganso	01
Gavião-carijó	01
Gavião-preto	01
Trinta-réis-boreal	01

Fonte: Mapa (dados fornecidos até 03/08/2023)

Sintomas da doença em aves e mamíferos

Helena explica que o vírus da IAAP pode desencadear sinais clínicos variáveis de acordo com a espécie e a idade das aves infectadas. Algumas espécies, como patos, marrecos, gansos domésticos, maçaricos e gaivotas podem não apresentar sinais clínicos, enquanto que outras aves domésticas, como galinhas e perus, e também silvestres são muito sensíveis à infecção pelo vírus e podem apresentar uma mortalidade alta (em alguns casos até 100%). Os sinais clínicos das aves acometidas são apatia, secreção nasal e ocular, conjuntivite, dificuldade de locomoção, paralisia das asas, torcicolo, tremor de cabeça, opstótono, diarreia.

Doença de notificação obrigatória, a IAAP também tem como característica a taxa de mortalidade alta e súbita, sem que haja manifestação de sinais clínicos. “Pode se apresentar também a partir de um quadro de depressão intensa, sinais respiratórios, neurológicos, cianose e, em aves de produção, focos necróticos na crista e na barbel, além de queda na postura e produção de ovos deformados, com casca fina ou sem pigmentação. No exame *post mortem* pode-se verificar edema, congestão, hemorragia e necrose em vários órgãos internos e pele”, explica o médico-veterinário Henrique Guimarães Riva.



ISTOCK

Mendes reforça que, nas aves domésticas, a IAAP é caracterizada, principalmente, por alta mortalidade e problemas respiratórios, já nas de postura, “ocorre queda da produção, bem como ovos deformados e com casca fina”.

A coordenadora da Previr-MCTI ressalta também que os mamíferos desenvolvem um quadro respiratório com pneumonia grave, evoluindo para o óbito, especialmente, se a exposição ao vírus for muito alta.

Qualquer cidadão pode comunicar um caso suspeito de influenza aviária ao serviço veterinário oficial (SVO) e a colheita de amostras deve ser feita por profissionais ligados a instituições de meio ambiente e saúde, exceto em ocasiões excepcionais, mediante prévia notificação e autorização, seguindo recomendações do órgão oficial. “Quando há o óbito do animal, o SVO deverá ser comunicado para investigação e colheita de amostras. No caso de resultados positivos, os animais deverão ser eutanasiados e o órgão acionado para o descarte das carcaças”, explica Riva.

Transmissão

O vírus da IAAP é transmitido de uma ave infectada para uma ave suscetível diretamente ou pelo contato de objetos contaminados e do meio ambiente pelas partículas virais. As aves da família Anatidae (Ordem Anseriformes) e da família Laridae (Ordem Charadriiformes) atuam na transmissão para outras espécies.

“Um estudo recente demonstrou que uma destas espécies é capaz de se infectar com uma baixa carga viral e pode eliminar o vírus em altas concentrações, por até 14 dias, e nem sempre apresentam sinais clínicos. Elas podem migrar, infectar as aves aquáticas residentes e o vírus acaba sendo mantido neste novo local por ser capaz de infectar diferentes aves; enquanto outras aves são consideradas hospedeiras acidentais, pois ficam doentes e podem não sobreviver à infecção”, afirma Helena, destacando que, em relação à idade, os animais mais jovens são suscetíveis à infecção, pois não apresentam imunidade prévia à maioria dos vírus da influenza aviária.

A virologista acrescenta que a transmissão do vírus aos mamíferos também é acidental, ocorrendo pela exposição ao vírus. O Peru e o Chile já notificaram a mortalidade de milhares de leões marinhos, a maioria dos casos documentados está relacionada a animais que ingeriram carcaças de aves infectadas, porém, algumas espécies não carnívoras também foram infectadas sugerindo a infecção pela exposição ao ambiente contaminado.

Mendes salienta que alguns mamíferos marinhos, como os golfinhos, são bastante “brincalhões” e isso aumenta a possibilidade de contato com o vírus. “Outra hipótese de transmissão é a de que os mamíferos predadores se contaminam ao comer aves silvestres enfermas.”

Riscos de contaminação para o ser humano

As pessoas podem se infectar esporadicamente, especialmente, pelo contato com aves domésticas e silvestres infectadas ou com o ambiente contaminado com o vírus. Por isso, deve ser evitado o contato com os animais potencialmente infectados sem o treinamento adequado e a utilização de EPIs.

“As pessoas não devem tocar nos animais e precisam comunicar o SVO, caso seja observada alguma ave doente. Após uma exposição, elas precisam entrar em contato com o serviço de saúde local e ficar vigilantes em relação aos sinais clínicos da doença, como febre (mais nem sempre presente), e outros sinais como tosse, conjuntivite, diarreia, dor de cabeça, dor de garganta, dor muscular, dificuldade de respirar”, alerta Helena.

Mendes afirma que os riscos são pequenos e os casos de contaminação diagnosticados em humanos até o momento ocorreram devido ao contato muito próximo com aves contaminadas ou com a manipulação das aves, bem como, pelo contato com fezes e fômites. “Por isso, a recomendação é para que as pessoas não toquem em aves mortas ou doentes encontradas nas praias. No caso de aves comerciais, não existe nenhum risco de contaminação por meio do consumo da carne e ovos. Além disso, cabe mencionar que, praticamente, não existe a possibilidade de aves com IAAP serem encaminhadas ao abatedouro, pois existem procedimentos rígidos que são observados pelos médicos-veterinários privados e oficiais, antes do envio do lote para o abatedouro.”

Pandemia

O risco de ocorrer uma pandemia de influenza aviária, atualmente, é classificado como baixo pela Organização Mundial de Saúde (OMS), porque o vírus não possui alguns marcadores moleculares que promovem a transmissão entre os mamíferos, incluindo as pessoas. Helena lembra, porém, que como há uma alta circulação do vírus pelo mundo, identificado em diferentes hospedeiros, é preciso que o monitoramento seja constante.

“A boa notícia é que a comunidade científica já tem se preparado para uma possível emergência de pandemia causada pelo vírus H5N1. Existem algumas vacinas já testadas e licenciadas em alguns países e também antivirais, que são eficazes para controlar a infecção causada por este vírus circulante. Inclusive, o Instituto Butantan está em fase de produção de vacinas de alguns subtipos de influenza aviária, ou seja, está também se preparando, caso seja necessária a utilização da vacinação em pessoas”, comemora a coordenadora da Previr-MCTI.

Em nota, o Instituto Butantan, órgão ligado à Secretaria de Estado da Saúde, informa que já iniciou o processo de desenvolvimento de vacina contra a gripe aviária. No momento, os testes estão sendo realizados com estirpes vacinais cedidas pela OMS, sendo que o primeiro lote piloto já está pronto para testes pré-clínicos. Desde 1901, atuando na produção de soros e vacinas, o Instituto pretende utilizar a fábrica da influenza para desenvolver o novo imunizante.

Ainda de acordo com a nota, como a influenza aviária tem potencial de causar uma nova pandemia, o Instituto tem se mobilizado, desde janeiro deste ano, e ressalta que sua atuação visa sempre preparar o País para o enfrentamento de potenciais pandemias, como atuou, nos últimos anos, no desenvolvimento e disponibilização de vacinas contra Covid-19.

Vacinação de aves comerciais

Nos EUA, estão sendo testadas vacinas contra a influenza aviária em aves. No Uruguai, a vacinação obrigatória contra a influenza aviária nos plantéis começou em maio. No Brasil, país que se mantém livre da doença, a vacinação de aves é proibida. Mas quais seriam os prós e contras da vacinação de aves comerciais contra a IAAP?

Para a coordenadora da Previr-MCTI, a resposta a essa questão não é simples, a comunidade internacional tem debatido o tema, junto aos países membros da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), para que a vacinação não comprometa a comercialização dos produtos de aves.

“A principal vantagem da vacina é oferecer uma proteção clínica contra a mortalidade e a doença causada pelo vírus, que é, especialmente, relevante para uma doença que pode causar 100% de mortalidade em uma população de aves suscetíveis. Mas a vacina precisa oferecer uma redução da excreção viral pelas aves vacinadas. Sabe-se que quanto

mais próxima ela for, geneticamente, do vírus circulante, maior é a proteção por ela conferida. Porém, nenhuma vacina atualmente consegue interromper a excreção viral e a principal desvantagem da vacina é que a ave continuará eliminando o vírus”, enfatiza a virologista.

Helena salienta que o grande desafio será distinguir as aves infectadas das aves vacinadas e, para isso, é preciso o desenvolvimento de vacinas e de testes de diagnóstico que permitam esta distinção. Além de um programa de vigilância ativa eficiente para a identificação dos lotes vacinados com infecção para a eliminação dos focos. “A vacina não é a solução dos problemas, é um componente do programa de biossegurança e precisa ser utilizada em conjunto com outras medidas. Alguns países que utilizaram a vacinação sem a adoção de outras medidas de controle do vírus acabaram tendo que conviver com a endemização da doença. O Brasil ainda não teve a identificação de casos em lotes comerciais e o Mapa está avaliando e discutindo o assunto.”

Para Mendes, alguns países da Ásia, por exemplo, utilizam vacinas de influenza aviária há bastante tempo, mas trata-se de uma medida paliativa, pois não houve controle ou eliminação do problema. “No Brasil, não se cogita da utilização de vacinas, pois somos um país exportador e isso poderia levar à imposição de barreiras comerciais pelos países importadores. Caso ocorra a entrada do vírus na avicultura industrial poderíamos utilizar vacinas para auxiliar no controle e erradicação dos focos, mas com um programa, bem claro, de entrada e de retirada da vacina em regiões determinadas”, avalia o médico-veterinário, ressaltando que tanto o governo como o setor privado brasileiros trabalham, firmemente, na prevenção e no preparo para a erradicação de focos de influenza aviária.

Saúde Única

A degradação do meio ambiente e as mudanças climáticas têm causado um aumento no surgimento de novas zoonoses, porém trabalhar o conceito de Saúde Única, que engloba saúde humana, animal, ambiental e vegetal, é fundamental, pois permite que haja um preparo para controlar as novas emergências e potenciais pandemias.

Helena salienta que a influenza aviária tem sido um grande exemplo para fortalecer o conceito de Saúde Única, pois instituições internacionais, como a OMSA, a OMS, a FAO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), estão trabalhando em conjunto. No Brasil, o Mapa criou um grupo de trabalho para a discussão e preparo de ações para o enfrentamento da doença com profissionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério da Saúde (MS), do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa e Saúde Pública Veterinária (Panaftosa), do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Universidade de São Paulo (USP) e da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV). Além do MS ter criado também um grupo de trabalho com representantes de instituições governamentais.

“Esta interação entre os diferentes profissionais acarreta uma maior rapidez e eficiência para a tomada de decisões. A discussão multidisciplinar também promove uma diversidade maior de soluções para o mesmo problema, o que gera maiores chances de sucesso”, afirma a coordenadora da Previr-MCTI e presidente da SBV.

Para Mendes, o conceito de Saúde Única está cada vez mais presente nos meios científicos e governamentais, pois muitos vírus respiratórios de humanos são originários de animais e, felizmente, não conseguiram causar pandemias até o momento pela pequena difusão entre humanos e permanecem confinados nos hospedeiros animais. “Mas como a influenza aviária é uma enfermidade zoonótica com um alto poder de difusão, os países estão atentos à sua evolução a fim de combater o risco na raiz, caso surjam mutações de vírus com capacidade de causar uma pandemia”, conclui o professor emérito aposentado da Unesp Botucatu. ■



DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE

DIVULGAÇÃO SAA-SP



Antonio Julio Queiroz de **Queiroz**, secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, é membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Conselho Consultivo da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, do Conselho Deliberativo da Associtrus e do Conselho do Agronegócio da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O estado de São Paulo, tão reconhecido pela industrialização e desenvolvimento do setor de serviços, é também destaque quando se trata de agricultura. O agronegócio paulista, com exportações superavitárias, é importante para garantir o equilíbrio da balança comercial estadual. Somente em 2022, de acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), o agro paulista registrou saldo de US\$ 20,82 bilhões, reduzindo em quase 67% o déficit das contas externas do Estado.

Primeiro colocado do País na produção de açúcar e etanol, frutas, ovos, amendoim e borracha, só para citar alguns, São Paulo tem, no agro, um setor moderno, que respeita a legislação e produz com sustentabilidade. Quando se trata de proteína animal, não

poderia ser diferente. Como um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo, o Estado conquistou – e precisa manter – o acesso aos maiores e mais importantes mercados consumidores.

Parceira dos produtores, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo atua para fornecer soluções, em forma de dados e pesquisas científicas aplicadas, por meio dos nossos seis institutos e 18 polos que compõem a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), assistência e extensão rural prestada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e modernização da legislação aplicada pela Defesa Agropecuária (CDA).

Para citar alguns exemplos, temos o Instituto de Zootecnia (IZ-Apta) que é pioneiro na pesquisa científica mundial com a raça nelore. Tendo, há mais de meio século, papel fundamental no desenvolvimento da pecuária de corte, além de fornecer material genético para o melhoramento de animais das raças zebuínas.

Já o Instituto Biológico (IB-Apta) possui um moderno Centro Avançado de Inovação em Sanidade Agropecuária. Recentemente, foram inaugurados dois novos espaços: o Laboratório de Inovação em Sanidade Animal, um ambiente colaborativo que pode ser usado tanto pelo IB quanto por parceiros, inclusive empresas privadas, no desenvolvimento de vacinas e outros insumos animais; e o Laboratório de Inovação em Produtos Imunobiológicos, onde são produzidos os insumos utilizados pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal, implementado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), entre outros. Com esses novos laboratórios, que contam com nível de biossegurança 3, torna-se possível trabalhar tanto com vírus, bactérias, ou fungos, ao mesmo tempo, sem colocar em risco a comunidade e o meio ambiente.

Essas práticas impactam diretamente o cenário econômico paulista. De acordo com

dados IEA, referentes à estimativa preliminar do valor da produção agropecuária (VPA) do estado de São Paulo, em 2022 o VPA foi de R\$146,2 bilhões, 15,8% superior ao resultado obtido em 2021.

Vale ressaltar que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, está empenhado, assim como a Secretaria de Agricultura, em realizar ações que promovam o crescimento, tendo como foco, principalmente, o pequeno e médio produtor.

Eu sempre friso que o meu gabinete está aberto para que possamos discutir e construir as propostas em conjunto, pensando sempre no desenvolvimento social e econômico e nas melhores práticas socioambientais.

Nós temos muitas áreas degradadas no Estado e não precisamos desmatar um hectare sequer para aumentar nossa produção agrícola. Temos de alinhar pecuária e sustentabilidade. São Paulo é o único estado do País a ter 100% das propriedades rurais analisadas através do Cadastro Ambiental Rural (CAR). E agora, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), temos segurança jurídica para avançar com a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Teremos, em breve, o Pagamento por Serviços Ambientais Prestados (PSA), que é um mecanismo financeiro para remunerar os produtores pelos serviços ambientais prestados e que geram benefícios para toda a sociedade.

Em março, estive reunido com a Rede ILPF (Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta), na sede da Agricultura de São Paulo. A Associação é formada e cofinanciada pelas empresas Bradesco, Cocamar, John Deere, Soesp, Suzano, Syngenta e pela Embrapa. A ILPF é uma estratégia de produção que integra diferentes sistemas produtivos, agrícolas, pecuários e florestais em uma mesma propriedade.

Por isso, todas essas ações contribuem fortemente para o desenvolvimento no setor agropecuário em conformidade com o meio ambiente. ■

COMO O MÉDICO-VETERINÁRIO DEVE PROCEDER AO SER DENUNCIADO AO CONSELHO

Membros do CRMV-SP explicam como se desenvolve um processo ético e esclarecem as situações que podem determinar a aplicação de penalidades e, inclusive, a cassação do exercício profissional



Ao ser denunciado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), muitos médicos-veterinários têm dúvidas de como proceder. Para orientar os profissionais e sanar algumas das dúvidas mais comuns, representantes do Regional de São Paulo explicam como se desenvolve um processo ético e apontam as situações que podem determinar a aplicação de penalidades ou mesmo a suspensão ou cassação do exercício profissional.

Para Rosemary Viola Bosch, tesoureira do CRMV-SP, presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica e integrante da Comissão de Admissibilidade de Processos Ético-profissionais, ambas da autarquia, a primeira providência a ser tomada pelo profissional deve ser a de verificar o prontuário do animal, relacionar todos os profissionais e os funcionários que estavam presentes durante o atendimento, e organizar vídeos e todos os exames do paciente em questão.

“Mas tudo deve estar escrito. O que não está escrito, não existe ou não foi feito. O prontuário é o reflexo do cuidado que o médico-veterinário tem no atendimento dos animais. O documento deve ter inclusive o nome do tutor e, na ausência do tutor, o nome do responsável legal pelo animal, ou seja, aqueles que podem autorizar qualquer procedimento a ser feito durante o atendimento ou internação. Se não há esse tipo de informação na ficha do paciente, o profissional já começou errando”, enfatiza Rosemary.

A coordenadora de Ética Profissional do CRMV-SP, Silvana Basaglia, lembra ainda a importância de que o médico-veterinário denunciado, a partir da citação, apresente uma defesa robusta, no prazo de 30 dias, com o detalhamento do que ocorreu, bem como as provas existentes para esclarecimentos dos fatos.

“Junto à defesa, se desejar, o profissional poderá apresentar até cinco testemunhas, de preferência aquelas que presenciaram o fato. É facultado ao denunciado ser representado por procurador, advogado ou não, mediante apresentação de procuração. Para se defender, o denunciado recebe cópia da denúncia na íntegra, com as provas acostadas e o despacho da decisão do presidente do CRMV, com a tipificação (enquadramento), a qual o profissional poderá consultar no Código de Ética Profissional para saber o que, em tese, foi infringido”, explica Silvana.

Rosemary ressalta que, mesmo diante de uma denúncia, o profissional deve manter o equilíbrio e ter consciência de que esse tipo de situação pode ocorrer com todos aqueles que trabalham na área. Além disso, é importante procurar uma assistência ou consultoria, que pode ser até mesmo de um médico-veterinário que conheça a legislação. “Somos profissionais liberais, atendemos o tutor, que é um consumidor,

estamos sujeitos ao Código de Ética e ao Código de Defesa do Consumidor. Nossa atividade é lícita, mas existe um ônus, que é o risco de alguém considerar-se lesado em seus direitos, não ficar satisfeito com nosso atendimento, ou não ter obtido o resultado esperado.”

Para o coordenador jurídico do CRMV-SP, Marcos Antonio Alves, não há obrigatoriedade do profissional denunciado ser defendido por advogado, podendo ele próprio elaborar a sua defesa ou até mesmo constituir um médico-veterinário ou zootecnista como seu procurador. “Entretanto, dadas as questões técnicas processuais, para a elaboração de uma melhor defesa, recomenda-se que o profissional denunciado seja assistido e assessorado por um advogado de sua confiança.”

Prontuário preenchido corretamente é fundamental

Os integrantes do CRMV-SP destacam que, muitas vezes, a denúncia vem porque faltaram habilidades de comunicação ao médico-veterinário, que não explicou adequadamente tudo o que poderia acontecer, ou seja, todos os passos a serem dados naquele atendimento/tratamento. A [Resolução CFMV nº 1.321/2020](#) traz os documentos que devem ser utilizados no âmbito da clínica médico-veterinária e que podem auxiliar e nortear os profissionais, bem como dar maior segurança.

“Se o tutor do animal for esclarecido a respeito de tudo que pode acontecer é muito mais difícil surgir uma demanda ou de alguém ficar descontente com o seu atendimento. Nós temos a obrigação de, antes de qualquer procedimento, pedir autorização, falar quanto custa e tudo o que pode decorrer desse atendimento”, afirma Rosemary, ressaltando que a não aceitação da recomendação de um exame ou a retirada de um animal de alta a pedido do tutor devem ter sido claramente registrados para que o profissional tenha meios de provar que deu o melhor atendimento possível ao animal.

“Como você pode provar isso? Com o prontuário completo e minucioso, que deve ser preenchido sem rasuras, escrito numa ordem cronológica, contando tudo o que aconteceu, passo a passo. Tudo tem que ser documentado. Por isso, sempre que houver qualquer inconformidade durante o atendimento, é

preciso fazer uma minuta relatando o que aconteceu, as providências tomadas, quem eram as pessoas que testemunharam, se é que testemunharam, porque senão será a sua palavra contra a palavra do tutor”, salienta Rosemary.

Como se desenvolve o processo ético

A coordenadora de Ética Profissional do CRMV-SP explica que o processo ético se desenvolve a partir de autuação da denúncia ou representação, recebida por meio dos serviços on-line, devidamente protocolada para que possa ser realizada a verificação se o denunciado está inscrito e ativo, se o estabelecimento mencionado está registrado neste Conselho, e se há um responsável técnico averbado no CRMV. Também ocorrerá a triagem dos documentos para ser confirmado se foram atendidos os requisitos previstos na Resolução CFMV nº 1.330/2020 (Art. 26, §1º, 2º e 3º, incisos I e II, e Art. 27, inciso II).

“Além disso, caso seja necessário poderão ser realizadas diligências destinadas à localização de documentos e elementos necessários à formação da convicção, quanto ao eventual cometimento de infração ética, incluindo a fiscalização do local indicado na denúncia”, salienta Silvana.

A seguir, o presidente do Regional submeterá a denúncia ou a representação à Comissão de Admissibilidade e a decisão de instauração deve indicar os fatos que, em tese, configuram uma infração ética, com a sua respectiva tipificação, prevista no Código de Ética Profissional, e a identificação do profissional responsável.

“Ao instaurar o processo ético-profissional, o presidente do CRMV-SP designará o conselheiro instrutor que dará início às apurações dos fatos (diligências, realizações de audiências e encerramento da instrução). Encerrada essa etapa, será designado o conselheiro relator, o qual analisará o processo e elaborará o voto que será apresentado e conhecido em Sessão de Julgamento”, esclarece Silvana.

Comissão de Admissibilidade

Para que uma denúncia gere um processo, é preciso que o denunciante apresente documentos que comprovem a eventual infração ética-profissional. A análise inicial da denúncia e dos respectivos documentos é efetuada pela Comissão de Admissibilidade de Processos Ético-profissionais, criada pela Resolução CFMV nº 1.330/2020, que fornecerá elementos de convicção e auxiliará o presidente do Regional na tomada de decisões quanto à abertura do processo. A Comissão de Admissibilidade do Regional é composta pelo vice-presidente, pelo secretário-geral e pela tesoureira da autarquia.

“Com a Comissão de Admissibilidade, não é instaurado processo ético caso a denúncia apresentada não seja acompanhada de algum elemento comprobatório daquilo que foi alegado. Portanto, a Comissão analisará se essa denúncia é pertinente ou não e poderá solicitar ao denunciante que anexe documentos que possam comprovar o fato, pois ele deve ter apresentado algum indicio para que o caso possa vir a ser analisado”, explica a tesoureira do CRMV-SP e integrante da Comissão.

Rosemary destaca que, muitas vezes, o profissional não explicou corretamente ao tutor os procedimentos que iria executar e essa imprecisão acaba gerando a denúncia. “Quem tem o conhecimento é o médico-veterinário, ele tem a obrigação de informar e de ser prudente, vigilante, cuidadoso e atualizado.”

Existem duas situações, o denunciante pode entrar no Conselho Regional para um processo administrativo/disciplinar e/ou entrar na Justiça comum, pedindo indenização por dano moral ou material, alegando erro médico-veterinário. Na maioria das vezes, a denúncia é feita nos dois âmbitos. A tesoureira destaca que muitos advogados entram contra o profissional e contra a empresa na Justiça comum, por danos morais e materiais.

“O médico-veterinário é processado por responsabilidade subjetiva (CPF) e a empresa por responsabilidade objetiva (CNPJ). Para o CPF, é preciso verificar se o médico-veterinário agiu com negligência, imperícia e imprudência, mas, em alguns casos, não foi nada disso. Por exemplo, o animal engoliu um caco de vidro. No consultório, a tutora contou o histórico, a médica-veterinária pediu

o exame de raio X, mas a tutora não quis fazer o exame e depois entrou com processo. A profissional foi inocentada, pois registrou tudo no prontuário, tudo o que foi feito estava correto, a tutora é que não quis fazer o exame. Por isso, volto a afirmar, é preciso registrar no prontuário tudo o que acontece durante o atendimento”, salienta Rosemary.

Comissão de Admissibilidade

Conforme o Art. 20 – Resolução CFMV nº 1.330/2020, protocolada a denúncia ou representação, o presidente do CRMV poderá encaminhá-la à Comissão de Admissibilidade quando:

- I - se tratar de profissional inscrito no CRMV e a matéria for da competência da Regional;
- II - dispõe de nome legível, assinatura, endereço completo e inscrição no CNPJ ou CPF do denunciante;
- III - foram anexadas provas suficientes à demonstração do alegado ou indicativos dos elementos de comprovação;
- IV - os fatos relatados indicam o eventual cometimento de infração ética.

No caso de atendimento ao previsto nos incisos I a IV, o parecer da Comissão de Admissibilidade deverá sugerir a instauração do processo ético-profissional e indicar possíveis capitulações quanto aos fatos imputados.

Arquivamento de denúncias

Conforme o Art. 27 – Resolução CFMV nº 1.330/2020, as denúncias ou representações devem vir acompanhadas de provas suficientes à demonstração do alegado ou indicar os elementos de comprovação.

§1º As denúncias ou representações serão arquivadas pelo presidente do CRMV caso:

- I - não contenham os dados e documentos exigidos;
- II - o fato narrado não constitui infração ética.

§2º A decisão de arquivamento deve ser seguida de comunicação ao denunciante ou representante, desde que identificado, acompanhada de cópia da decisão fundamentada.

§3º Em caso de arquivamento, não se admitirá qualquer recurso, sendo facultado, porém, o encaminhamento de novo expediente, desde que sejam observados os requisitos deste artigo.

§4º O arquivamento de denúncia fora dos casos elencados acima sujeitará o presidente ao estabelecido no artigo 97 deste Código.

Art. 97. O não cumprimento, pelos conselheiros, dos prazos e preceitos desta Resolução poderá importar em atentado à função exercida, sujeitando-se às normas das Resoluções CFMV nº 764, de 15 de março de 2004, e nº 847, de 25 de outubro de 2006, ou outras que as substituam ou complementem.

Penalidades

Os tipos de penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais ao médico-veterinário denunciado, de acordo com o Artigo 33 da Lei 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão, são:

- a) advertência confidencial;
- b) censura confidencial;
- c) censura pública;
- d) suspensão do exercício profissional por até três meses; e
- e) cassação do exercício profissional.

Em alguns casos, o relator pode estabelecer uma multa em dinheiro, que poderá ser aplicada ou não, pois a decisão final é votada na Plenária de Julgamento.

“No Código de Ética do Médico-veterinário, um agravante da pena é quando o profissional reincide no mesmo erro. Já um atenuante é quando o

médico-veterinário é primário, nunca sofreu um processo ético anterior. Mas, infelizmente, há colegas que sofrem três, quatro, cinco, seis processos éticos”, enfatiza Rosemary.

Responsabilidade civil e penal

No âmbito do Sistema CFMV/CRMV's, a apuração da infração ética se encerra com o trânsito em julgado do processo ético-profissional. O coordenador jurídico do CRMV-SP explica que, eventualmente, se na apuração da infração ética, também for considerada a possibilidade de uma conduta criminal, o Conselho oficia ao Ministério Público e/ou à delegacia de polícia, para que se, assim entenderem, tomem as medidas cabíveis.

“Convém esclarecer que, na esfera penal, a maioria das denúncias decorre do possível cometimento de maus-tratos, nos termos da Lei nº 9.605/1998. Já no âmbito cível, após o trânsito em julgado do processo ético-profissional, excetuado a penalidade relativa ao exercício profissional e a cobrança de eventual multa aplicada ao profissional, a jurisdição do CRMV-SP se encerra, ou seja, não há qualquer tipo de ação cível a ser tomada pelo Conselho com o término do processo ético disciplinar”, ressalta Alves.

O coordenador jurídico do CRMV-SP destaca que, após a condenação do profissional denunciado no processo ético-profissional, muitas vezes os denunciadores o acionam judicialmente, buscando indenização pelos danos sofridos. “Também há casos em que, mesmo pendente de julgamento de processo ético-profissional ou até em situações em que não houve denúncia ética, o profissional é demandado judicialmente por procedimentos que os tutores consideraram inadequados aos animais. Mas convém mencionar que o simples fato do profissional ser demandado judicialmente não significa que ele virá a ser condenado, pois há muitos casos em que essas ações são julgadas como improcedentes”, alerta Alves.

Cassação é irreversível

A cassação é irreversível pelas vias administrativas. “Mas como em todos os procedimentos administrativos, o profissional denunciado, assim como todo cidadão, pode socorrer-se do Poder Judiciário para a defesa de seus direitos”, explica Alves.

O direito de acesso à Justiça (Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição) está previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Raio-X

Denúncias mais frequentes

As denúncias relacionadas à imperícia, imprudência ou negligência são as mais frequentes recebidas pelo CRMV-SP. Em seguida, a falta de clareza do médico-veterinário ao expor informações sobre o diagnóstico e possível tratamento.

“É preciso deixar a situação clara o suficiente para que o cliente entenda a extensão do problema do animal e qual é o prognóstico do caso. A falta desse esclarecimento, muitas vezes, gera a abertura de um processo ético, que poderia ter sido evitado se o cliente tivesse, efetivamente, entendido a extensão do problema e o que ele pode esperar a partir do momento em que o médico-veterinário estabelece o tratamento”, enfatiza a médica-veterinária e conselheira do CRMV-SP, Mirela Tinucci Costa.

Perfil dos denunciados

Entre os denunciados ao CRMV-SP, há desde profissionais mais experientes até mais jovens, sendo que, de uma forma geral, os formados mais recentemente são os médicos-veterinários mais denunciados.

Para Mirela, este cenário, além de mostrar uma possível imaturidade do profissional, também pode revelar um processo de má formação. “O número descontrolado de escolas de Medicina Veterinária formando profissionais

incapacitados e que geram processos éticos, muitas vezes, por falhas extremamente graves, é muito preocupante”, alerta a conselheira.

Guia da boa relação médico-veterinário/pacientes/clientes

Desde janeiro deste ano, o CRMV-SP está efetuando o levantamento estatístico das principais ocorrências de denúncias éticas e dos processos efetivamente instaurados para a elaboração de um material, a ser utilizado como um guia da boa relação entre médicos-veterinários, seus pacientes e seus clientes.

A proposta foi alinhada em reunião realizada com a participação do presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, dos membros da Comissão de Admissibilidade de Processos Ético-profissionais e da diretoria do Conselho, Fábio Manhoso, Fernando Gomes Buchala e Rosemary Viola Bosch, e das conselheiras Suely Stringari de Souza e Mirela Tinucci Costa.

Um dos objetivos do guia será a orientação dos futuros profissionais ainda durante a graduação. “Visando chegar próximo ao médico-veterinário no sentido de orientá-lo a evitar os processos éticos, inclusive, o Guia apresentará casos, sem a identificação dos envolvidos, que resultaram em PEP (processo ético-profissional), mostrando ao profissional os motivos que levam o tutor a denunciar, tudo em uma linguagem muito mais coloquial do que técnica”, enfatiza Mirela, ressaltando que a ideia é levar o material às faculdades e também disponibilizá-lo durante a entrega da cédula profissional.

Comunicação traz confiança

Mirela ressalta a necessidade da disciplina de Ética, no contexto do curso de Medicina Veterinária e de Zootecnia, ser abordada de forma mais prática, exatamente, para que o futuro médico-veterinário fique mais atento. “Uma das proposições desse guia é a de que ele seja utilizado como material didático para que o professor da própria instituição ou um membro do Conselho possa traduzir, de forma mais simples, os cuidados que o médico-veterinário deve ter durante a sua atuação profissional.”

A conselheira destaca, ainda, que o profissional não deve ser somente um técnico competente, cuja formação lhe dê cabedal para abordar um caso clínico, mas também deve saber abordar o paciente e o cliente, ciente de que a relação humana em seu trabalho também é muito importante. O tutor tem de sentir-se esclarecido, precisa entender o que está acontecendo com seu animal e o que pode esperar.

“A relação humana acompanha indubitavelmente um médico-veterinário e um zootecnista na abordagem de um caso, porque atrás de um paciente sempre há um cliente. O tutor do animal, o dono da fazenda, enfim, o responsável pela saúde do animal precisa saber, claramente, o que está acontecendo e é importante que o médico-veterinário seja muito bem preparado para isso. Pode até ser um técnico altamente capaz, conduzir todas as atitudes técnicas que deveria conduzir de uma forma extremamente correta, mas se ele não souber lidar com o sentimento do seu cliente, isso também poderá levar à abertura de processo ético”, salienta Mirela.

Para a conselheira, o profissional não deve pensar que é perda de tempo explicar ao tutor toda a complexidade do caso, ao contrário, com isso, ganhará a confiança do tutor em relação às suas condutas. “A empatia criada entre o tutor e o médico-veterinário garante, muitas vezes, a sua adesão ao tratamento proposto e isso só tende ao sucesso, tanto da recuperação da saúde do animal, se for o caso, como das boas relações humanas.” ■



FREEPIK

CRMV-SP FIRMA PARCERIA INÉDITA COM O GOVERNO DO ESTADO E INTEGRA OPERAÇÃO “SP SEM FOGO”

Projeto visa prevenir e combater incêndios florestais e contará com a atuação do Regional nas ações de atendimento a catástrofes que envolvam animais

No início de junho, o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Odemilson Donizete Mossero, assinou acordo inédito junto ao Governo do Estado de São Paulo para integrar a operação “São Paulo sem Fogo”, projeto que visa prevenir e combater incêndios florestais e queimadas em grandes áreas verdes próximas a regiões rurais e urbanas.

O termo de intenções, que visa garantir a atuação do Regional junto ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e à Defesa Civil do Estado nas ações de atendimento a catástrofes que envolvam animais, é uma conquista da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres da autarquia, e da médica-veterinária Bianca Colepicolo, que atuou como voluntária nas ações de resgate de animais na tragédia causada pelas fortes chuvas em São Sebastião, no início deste ano.

“A oficialização da ação conjunta permitirá a padronização das ações voluntárias junto às autoridades nas situações de emergência. Com isso, poderemos estruturar, de maneira sólida e efetiva, a resposta aos animais”, explicou o presidente da Comissão de Resgate Técnico Animal, Leonardo Maggio.

Bianca foi quem articulou o contato da Comissão junto aos vários voluntários que atuavam nas ações de resgate animal no litoral paulista, e também quem entregou ofício ao secretário de Relações Instituições, Gilberto Kassab, sinalizando o interesse de parceria do CRMV-SP junto à Defesa Civil e ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

“O trabalho da Comissão e da Bianca foi fundamental para que pudéssemos firmar tal parceria. O acordo técnico é extremamente valioso e contribuirá para a preservação da vida animal e do meio ambiente, gerando impactos para a vida humana. É essencial que o médico-veterinário esteja presente nestes espaços, pois ele é agente da Saúde Única”, afirmou Mossero.

O vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, o presidente da Comissão de Políticas Públicas do Regional, Raphael Hamaoui, e o diretor técnico da autarquia, Leonardo Burlini Soares, também marcaram presença no evento.



ACERVO CRMV-SP

Prevenção e parcerias

A operação “SP sem Fogo” é uma parceria entre as Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e de Segurança Pública com a Defesa Civil do Estado. Além disso, conta também com ações e investimentos do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Fundação Florestal (FF) e Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O Governo do Estado investirá mais de R\$ 97 milhões.

Em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, o governador Tarcísio de Freitas falou sobre a importância da participação do Conselho no projeto e que o Estado estará de prontidão permanente e com as atenções voltadas para prevenção dos incêndios florestais. “Todo o aparato de equipamentos e tecnologia à disposição dos municípios é para que a gente tenha um bom resultado, evitando as queimadas, a perda de reserva florestal, da fauna e da flora, e do patrimônio. O CRMV-SP entrará como um grande parceiro nos ajudando a cuidar da vida animal”, afirmou o governador.

O secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima; a secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende; o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite; o secretário-chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, Coronel PM Henguel Ricardo Pereira; a secretária de Comunicação, Lais Vita; o secretário de Agricultura e Abastecimento, Antônio Júlio Junqueira de Queiroz; e o deputado estadual e presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Gilmaci Santos, estiveram presentes na solenidade.

Histórico

A Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP já colaborou anteriormente com o Governo do Estado durante incêndio que acometeu em 2021 o Parque Estadual do Juquery, gerido pela Fundação Florestal. O grupo colaborou com a organização dos trabalhos desenvolvidos por profissionais médicos-veterinários, zootecnistas, biólogos e auxiliares na ocasião.

No parque, que concentra o último fragmento de cerrado da região Metropolitana de São Paulo e enfrentou mais de 40 horas de um incêndio responsável por consumir quase 80% de um território de dois mil hectares, o fluxo de atividades de resgate e assistência a animais foi coordenado por meio de um sistema de comando de incidente, com os voluntários divididos entre operacional, logística, administração e posto médico-veterinário avançado. ■

APTA HUB PROMOVERÁ INOVAÇÃO COM FOCO NO AGRONEGÓCIO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Iniciativa tem como objetivo estimular a formação de futuros empreendedores, hospedar representantes do setor produtivo e fomentar a aproximação das ações de inovação com as empresas e usuários

Uma parceria com organizações do terceiro setor com reconhecimento no ecossistema nacional de inovação – Cietec, ImpactHub e Wylinka – o Apta Hub, iniciativa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Apta-SAA/SP), caracteriza-se como um arranjo promotor de inovação, com ações programadas e cooperadas. Envolvendo os institutos de pesquisa da própria Agência, empresas, diferentes níveis de governo e outras organizações do setor do Agronegócio, o projeto tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de startups ou novos empreendimentos, com foco no Agro e na produção de alimentos.

“O Apta Hub será composto por seis ambientes físicos descentralizados, responsáveis por serem os locais de incubação das startups, bem como espaços para realizar eventos como workshops, palestras e oficinas, atuar na formação e capacitação de recursos humanos para estimular a formação de futuros empreendedores, hospedar representantes do setor produtivo, e fomentar a aproximação das ações de inovação com as empresas e usuários”, explica Carlos Nabil Ghobril, coordenador da Apta-SAA/SP.

Ghobril ressalta que nos Institutos de Pesquisa da Apta-SAA/SP – Agrônomo de Campinas (IAC), Biológico (IB), de Economia Agrícola (IEA), de Pesca (IP), de Tecnologia de Alimentos (Ital) e de Zootecnia (IZ) – são geradas as pesquisas, desenvolvidas as tecnologias e abrigado todo o conhecimento necessário às ações. “O Apta Hub está sendo criado para uma ação mais assertiva dos Institutos da Apta, ampliando e otimizando a transformação do conhecimento em benefícios para o Agronegócio. Nesse momento, a Apta e as organizações parceiras estão trabalhando na estruturação física dos ambientes e no planejamento e programação das ações e atividades a serem lançadas.”

O coordenador destaca, ainda, que os Institutos da Agência já desenvolvem diversas ações de inovação como, por exemplo, o AgriFutura, que é um conjunto de eventos focado em startups, apresentando novas tecnologias e promovendo competições para

estimular o avanço da inovação. “Esse modelo tem se consolidado, tanto que a Apta, junto com seus institutos, vem promovendo eventos desse tipo focado em setores específicos, como o AgriFutura Pescado e o AgriFutura Citros. O Apta Hub visa também agregar todas as ações de inovação dos Institutos em um único ecossistema estruturado, facilitando e potencializando as atividades institucionais.”

Inovação nas cadeias produtivas do Agronegócio

O coordenador afirma que a Agência se orgulha por ser a organização de pesquisa científica e tecnológica com maior espectro de atuação junto ao Agronegócio paulista, do extrativismo da pesca aos sistemas de produção animal e vegetal, sanidade e qualidade, industrialização de alimentos, sustentabilidade ambiental e análises de mercado e econômicas. “Nesse sentido, sendo o Apta Hub nosso ecossistema de inovação, com certeza, ele tem potencial de atender todas as cadeias produtivas do Agro.”

Ghobril lembra que o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), fundado, em 1887, pelo Imperador D. Pedro II, tinha o intuito de atuar junto aos cafeicultores do interior paulista, auxiliando-os a transpor as dificuldades que o setor atravessava. Seguiu-se, então, as criações do IZ, do IB, do IEA, do ITAL e do IP, com o mesmo propósito e, posteriormente, a criação da Apta Regional, objetivando a regionalização do desenvolvimento científico e tecnológico por todo o Estado.

“Apesar de que, no final do século 19, a ideia de inovação não era a que temos hoje, o cerne dos Institutos da Apta é a inovação, a solução das dores do setor e a modernização e evolução do Agronegócio, por isso, entendemos que faz parte do DNA da Apta o relacionamento com os produtores e empresas do Agro”, enfatiza o coordenador.

Open innovation

Conceito que se baseia no poder da colaboração, a inovação aberta ou *open innovation* é uma abordagem orientada pela conexão e trabalho em parceria com pessoas, equipes e empresas externas à organização na tentativa de ampliar as possibilidades que serão colocadas à mesa e criar um verdadeiro ecossistema de inovação.

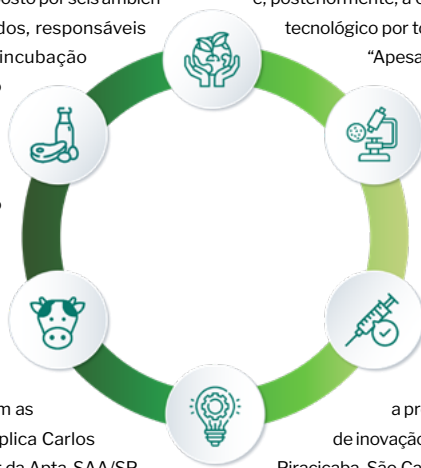
Ghobril afirma que, com esse conceito em mente, a Apta e seus institutos, as unidades da Embrapa sediadas em São Paulo, e o Sebrae construíram e estão implementando a proposta do Corredor de Inovação Agropecuária de São Paulo, agregando diversos atores de inovação que atuam no Agro, nas cidades-âncora: inicialmente, São José dos Campos, Campinas, Piracicaba, São Carlos e Ribeirão Preto.

“Do mesmo modo, o Apta Hub, com seu objetivo de integrar os pesquisadores, jovens empreendedores, produtores e empresários no fomento de inovação no Agro, baseia-se nas mesmas premissas da inovação aberta. Por essas questões, o Apta Hub está, intimamente, inserido nas ações e atividades do Corredor de Inovação Agropecuária de São Paulo.”

Ecossistema de inovação e o Agronegócio paulista

Nos últimos 50 anos, o Brasil observou uma revolução agrícola, de importador de alimentos, o País se transformou em um dos maiores exportadores. Não à toa, hoje, o Agronegócio representa 25% do PIB nacional. Para Ghobril, o que aconteceu, nesse período, é resultado de muita pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. Além da demanda natural de aumento de produção, atualmente, o Agro convive também com o aumento das pressões ambientais e sociais.

“Mudanças climáticas, responsabilidade socioambiental, ESG (environmental, social and governance – sigla em inglês, utilizada para definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada), redução da disponibilidade de recursos e insumos são pautas da sociedade em geral, exigindo cada vez mais assertividade no desenvolvimento tecnológico e introdução de inovações. É dessa forma que o Apta Hub pretende mostrar sua importância, como ponte entre pesquisa e mercado, catalisando soluções que permitam que o Agro paulista continue se desenvolvendo em consonância com a sociedade, com os consumidores e com o mercado internacional”, conclui o coordenador. ■



FEBRE MACULOSA: ZONOSE APRESENTA ALTA TAXA DE LETALIDADE E PREOCUPA SAÚDE PÚBLICA

Com raro acometimento em humanos, sem informação adequada e com sintomas facilmente confundidos com outras doenças, risco de erro de diagnóstico é grande



Recentemente, chamaram a atenção o número de casos e óbitos por febre maculosa registrados em uma fazenda no Distrito de Joaquim Egídio, em Campinas. No interior de São Paulo, além de Campinas, as regiões com maior frequência da doença são Piracicaba, Assis e Sorocaba. Há casos também em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A febre maculosa é uma doença infecciosa que acomete e pode levar a óbito tanto humanos como alguns animais, embora pela literatura científica seja um achado raro. Transmitida pela picada do carrapato-estrela gênero *Amblyomma*, que pode ser encontrado em animais de grande porte, como capivaras e cavalos, cães, aves domésticas e roedores, ela tem como seu principal agente etiológico a bactéria *Rickettsia rickettsii*.

“Roedores como capivaras, e marsupiais, como o gambá, têm importante participação no ciclo de transmissão da febre maculosa e há estudos recentes sobre o envolvimento destes como

amplificadores de riquetsias, assim como transportadores de carrapatos potencialmente infectados”, diz o membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Mário Ramos de Paula e Silva.

A doença é sazonal e tende a surgir nos meses mais frios do ano, acompanhando os ciclos populacionais de carrapatos-estrelas jovens. A médica-veterinária Fernanda Battistella Passos Nunes, integrante da Comissão Técnica de Médicos-veterinários de Animais Selvagens do Regional, explica que os sinais clínicos podem ser facilmente confundidos com outras doenças, como dengue e leptospirose.

Diagnóstico

“Os sintomas são subjetivos e facilmente confundidos com uma gripe, ou até mesmo com a Covid-19, que são febre, mialgia (dores de cabeça e no corpo), e manchas avermelhadas, iniciando nas mãos e solas dos pés. Por isso, deve-se informar precocemente (até 48 horas do início dos sintomas) que a pessoa frequentou áreas de pesqueiro, sítios, matas, fazendas, ou trilhas ecológicas, locais onde possa ter tido contato com animais e ser picada por um carrapato”, orienta.

Fernanda aponta a alta letalidade da febre maculosa, que chega a 70% no estado de São Paulo, mas ressalta que se trata de uma doença rara, pois menos de 1% da população de carrapatos é infectada pela bactéria e, para que ocorra a transmissão, o aracnídeo precisa ficar preso à pele por um período de quatro a dez horas.

“Contrair febre maculosa é mais raro do que contrair a dengue. Desta forma, sem informação adequada e com sintomas subjetivos, há um risco grande de erro de diagnóstico. Muitas pessoas contaminadas acabam vindo a óbito devido à falta de tratamento adequado precoce”, explica Fernanda.

Ciclo de transmissão

De acordo com Fernanda Battistella Passos Nunes, no interior paulista, a capivara (*Hydrochoeris hydrochaeris*) faz parte do ciclo da febre maculosa. Quando são infectadas por carrapatos vetores, as capivaras hospedeiras podem apresentar bactérias na corrente sanguínea (bacteremia) por um período de 10 a 14 dias, amplificando a bactéria para até 25% dos carrapatos que carrega.

“Após esse período, a capivara se torna imune e não participa mais do ciclo de febre maculosa de forma direta. Mas, por ser muito prolífera, reproduz filhotes suscetíveis à amplificação da doença, mantendo, assim, o ciclo”, explica a médica-veterinária.

Os carrapatos podem se alimentar de qualquer hospedeiro acidental, inclusive o ser humano, transmitindo assim o agente infeccioso e causando a doença. “Por isso, programas de manejo de controle reprodutivo são métodos eficazes para controlar a doença e devem ser realizados mediante autorizações dos órgãos ambientais, sob recomendação da Secretaria Estadual de Saúde”, reforça Fernanda.

A febre maculosa é uma doença de notificação obrigatória e todo caso suspeito deve ser notificado às autoridades locais de saúde, que irão realizar a investigação epidemiológica e avaliar a necessidade de adoção de medidas de controle.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco que aumentam as chances de se contrair a infecção por febre maculosa são áreas com acúmulo de folhas secas, mata, gramado, beira de rios, lagoas e córregos, fazendas e pastos. “Evite estes locais, mas caso não seja possível, use roupas claras, compridas, e botas. A barra da calça deve ser posta dentro das botas e lacradas com fitas adesivas”, orienta Mário Ramos de Paula e Silva.

Evite caminhar em áreas conhecidamente infestadas por carrapatos e a cada duas horas verifique se há algum deles preso ao corpo. “Quanto mais depressa ele for retirado, menores os riscos de infecção. Ao retirá-lo, não o esmague com as unhas, pois com o esmagamento pode haver liberação das bactérias que têm capacidade de penetrar na pele através de pequenas lesões”, alerta o médico-veterinário.

Também não force o carrapato a se soltar encostando agulha ou palito de fósforo quente. “O estresse faz com que ele libere grande quantidade de saliva, o que aumenta as chances de transmissão das bactérias transmissoras da doença. Os carrapatos devem ser retirados com muito cuidado, por meio de uma leve torção, para que sua boca solte a pele”, ensina.

Prevenção e tratamento

Além do controle da infestação de carrapatos, outras ações de prevenção e controle da febre maculosa podem ser tomadas, como evitar contato com as áreas de risco, orientações sobre a busca pelos serviços de saúde na presença de sintomas, e diagnóstico precoce.

Fernanda ressalta que os cães são 10% suscetíveis a febre maculosa. Portanto, 10% podem apresentar sintomas e adoecer, inclusive, podem morrer se não tratados. Os cavalos não adoecem e as capivaras são hospedeiros amplificadores. Elas não morrem, mas amplificam por um período de 10 a 14 dias a bactéria e depois se tornam imunes.

Os principais fatores de risco que aumentam as chances de se contrair a infecção por febre maculosa são áreas com acúmulo de folhas secas, mata, gramado, beira de rios, lagoas e córregos, fazendas e pastos

“Se o indivíduo apresenta febre e dores no corpo e esteve em contato com carrapatos nos últimos dez dias, é importante relatar no atendimento médico, uma vez que a mortalidade da febre maculosa é alta e o tratamento utiliza antibióticos específicos. Evite as áreas de risco e se atente com relação aos animais domésticos, que podem levar carrapatos para dentro de casa”, orienta o professor associado da Universidade de São Paulo (USP), Marcelo Bahia Labruna.

Membro da Comissão Técnica de Clínicos de Pequenos Animais, Paulo Corte ressalta que a prevenção da doença passa também pela orientação dos médicos-veterinários aos tutores, especialmente de cães, quanto à utilização regular de produtos veterinários ectoparasiticidas (anti-pulgas e carrapatos). “A febre maculosa é uma zoonose e passa para nós, seres humanos, por meio da picada do carrapato, assim como pegamos dengue pela picada do mosquito. Basta um carrapato contaminado por esta bactéria para passar a doença, por isso a importância de prevenir pulgas e carrapatos nos cães e gatos. É algo essencial para deixar sua família segura”, pondera.

Corte também lembra que, apesar de rara a infecção de animais com a febre maculosa, carrapatos podem transmitir outras doenças mais comuns e tão importantes quanto para os pets, como a babesiose (*Babesia sp.*) e a erliquiose (*Ehrlichia canis*). “Quando encontrados carrapatos no ambiente, também pode ser recomendada a pulverização, que deve ser feita com a devida orientação para que também não cause problemas a saúde humana e animal.”

Saúde Única

Para o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, mais uma vez, destaca-se o papel do médico-veterinário na saúde pública. “Mais de 60% das doenças que acometem humanos são zoonoses e 75% das doenças emergentes e reemergentes também. Portanto, ressalta-se mais uma vez a importância de políticas públicas de saúde sob o prisma da Saúde Única (saúde humana, veterinária, ambiental e vegetal). Os profissionais médicos-veterinários devem estar inseridos na prevenção e controle de doenças e na saúde da família”, finaliza.

Mossero pondera que o profissional está tecnicamente preparado para atuar no controle de pragas, na prevenção e cuidado clínicos dos animais, no manejo de animais silvestres e nas equipes multidisciplinares de saúde e vigilância epidemiológica.

De acordo com o Ministério da Saúde, caso não seja tratada a tempo essa doença evolui rapidamente para um processo neurológico, meningite, insuficiência renal, hemorragias, e o quadro pode se tornar irreversível. A recomendação para caso de manifestação de sintomas compatíveis é procurar imediatamente a Unidade Básica de Saúde (UBS). ■

MÉDICO-VETERINÁRIO É PROFISSIONAL ESSENCIAL PARA CONTROLE DE PRAGAS

Minimizar riscos à saúde humana é objetivo de quem atua na área



O médico-veterinário pode atuar no manejo da fauna sinantrópica, com o controle integrado de vetores, roedores e pragas em geral. Apesar de haver bastante desconhecimento em relação à área, o setor é promissor. Reduzir riscos à saúde pública é o objetivo dos profissionais que atuam na área.

Os animais sinantrópicos são os que se acostumaram a viver junto com seres humanos mesmo contra a vontade destes. Alguns podem transmitir doenças ou agravos à saúde humana. Entre os principais estão: aranhas, baratas, barbeiro, carrapatos, escorpiões, formigas, lacraias, morcegos, moscas, mosquitos, pombos, ratos, pulgas, taturanas e vespas, entre outros. Eles habitam os mais diversos lugares: o ambiente humano e o animal; a área rural e a urbana.

O médico-veterinário tem papel importante, por exemplo, no controle de morcegos – principalmente em áreas urbanas, onde eles habitam forros e telhados – considerando que esses mamíferos são protegidos por leis ambientais e não podem ser abatidos.

“Também temos como animais sinantrópicos os pombos, que infestam os ambientes urbanos, causando grandes prejuízos

à saúde pública. Neste caso, existe a possibilidade, dentro das regras ambientais, de fazer a captura e eutanásia desses animais, sendo que somente o médico-veterinário é que está habilitado para realizar o procedimento”, declara José Antonio Guizzo, médico-veterinário representante da Associação dos Controladores de Vetores e Pragas Urbanas (Aprag).

É preciso conhecer os hábitos e ciclo de vida do animal que traz o problema ao ser humano, para manejá-lo. Também é necessário saber quais técnicas podem ser usadas, já que alguns métodos podem ser considerados como maus-tratos. “Nessa atividade, o médico-veterinário não cuida das pragas; cuida das pessoas e elimina o risco causado pelas pragas”, afirma João Almeida Neto, ex-presidente do CRMV-MS e proprietário e responsável técnico (RT) da empresa DDSul.

Setor Privado

Além de auxiliar no controle de pragas e vetores como clínico, por exemplo, ao realizar ações preventivas em estabelecimentos ou ao prescrever medidas para pulgas e carrapatos em animais, o médico-veterinário pode atuar como responsável



O médico-veterinário possui conhecimento sobre *Biologia, comportamento, ciclo e controle das espécies que têm algum tipo de impacto nas zoonoses*

técnico (RT) em empresas que prestam serviços de combate às pragas.

No papel de RT, o médico-veterinário normalmente vai acompanhando a equipe e treinando para o serviço a ser executado. Esse trabalho é muito requisitado nos mais diferentes tipos de ambientes públicos e privados, como hospitais, supermercados, entre muitos outros.

“Esse é um serviço essencial que, inclusive, era um dos poucos autorizados na pandemia”, afirma Neto. “É inadmissível um rato, até mesmo uma formiga num hospital. Por isso, é um trabalho muito necessário e procurado.”

Setor Público

No setor público, o médico-veterinário pode atuar na vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental, em órgãos como a Vigilância Sanitária e o Centro de Controle de Zoonoses. “Nesses locais há vários médicos-veterinários concursados”, relata Neto.

A identificação do risco é a principal frente de atuação. “O médico-veterinário possui conhecimento sobre Biologia, comportamento e ciclo das espécies, como insetos, roedores e mesmo mamíferos de grande porte, que têm algum tipo de impacto nas zoonoses. Também é o profissional que tem conhecimento sobre o controle dessas espécies”, explica José Antonio Cardoso, coordenador do Controle de Sinantrópicos e Apoio Técnico do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Prefeitura de Taubaté.

Normalmente, as equipes de vigilância epidemiológica e sanitária são multiprofissionais e atuam em conjunto com outras áreas como engenharia, obras, serviços públicos, entre outras. Então, há uma integração entre os setores. “O trabalho realizado na área de educação também é muito importante”, destaca Cardoso.

Desconhecimento

Apesar de ser um setor que vem crescendo nos últimos anos, há ainda grande desconhecimento por parte da população. “Diversas prefeituras, atualmente, tem médicos-veterinários trabalhando na área de zoonoses e controle de pragas”, relata Cardoso.

“Quando comento que sou médico-veterinário da prefeitura, é comum me perguntarem onde atendo, como podem fazer consulta com cachorro. Claro que existem profissionais que atuam nessas áreas em prefeituras, mas em relação a nosso trabalho com controle de pragas e vigilância de zoonoses, ainda há muito desconhecimento”, comenta o coordenador do Controle de Sinantrópicos e Apoio Técnico do CCZ de Taubaté.

Além da população em geral, Cardoso também acredita que mesmo médicos-veterinários, muitas vezes, não consideram essa possibilidade de atuação. “Tanto no setor público quanto no privado, é um setor de alta demanda e relevância para todos”, relembra.

Papel na saúde pública

Fica claro que o papel do médico-veterinário na saúde pública é indiscutível, com seu conhecimento, avaliação do risco, do comportamento de certas espécies que transmitem doenças, sem o qual pode haver grande transtorno para as pessoas. Também é fundamental o conhecimento de espécies que não podem ser eliminadas e nem sofrer maus-tratos.

“Eu me sinto muito à vontade em trabalhar com equipes multiprofissionais que têm médico, psicólogo, assistente social, diferentes tipos de engenheiros, porque a gente acaba passando para eles a visão do médico-veterinário, colocando algumas consequências de certas ações por parte do poder público. Então, na saúde pública, acredito que o médico-veterinário será sempre fundamental”, comenta Cardoso.

Formação

Para atuar como RT de empresas do ramo, é preciso ter formação superior, entre os cursos possíveis está o de Medicina Veterinária. Tanto o médico-veterinário quanto a empresa que conte com este profissional como responsável técnico precisam de inscrição no CRMV-SP.

Há diversos cursos disponíveis no mercado para a atuação no setor privado. Instituições, como a Associação dos Controladores de Vetores e Pragas Urbanas (Aprag), oferecem formações voltadas ao setor. O “Curso de formação de controlador técnico no controle de vetores e pragas urbanas” é realizado de forma presencial, por três dias, e depois há atualização técnica uma vez por mês, de forma on-line.

No setor público, além de formação superior e inscrição no órgão de classe correspondente, normalmente, a entrada se dá por meio de concurso. Para Cardoso, é importante também algum aprimoramento em relacionamento interpessoal. “Pode ser essencial para se comunicar bem e convencer o público em geral e o munícipe em particular a fazer o que você recomenda”, descreve.

Atualização

O profissional deve estar em constante atualização em relação a legislações e regulamentações sanitárias e ambientais nos níveis federal, estadual e municipal.

“As legislações são muito dinâmicas. Há problemas e desafios aparecendo toda hora. É preciso estar atualizado sobre questões ambientais que causam impacto no crescimento dessas populações de sinantrópicos”, destaca o coordenador do Controle de Sinantrópicos e Apoio Técnico do CCZ de Taubaté.

As secretarias de saúde, de meio ambiente e também de agricultura têm muitas ações de incentivo ao aprimoramento, com informes técnicos, cursos, treinamentos.

“É muito importante a leitura de documentos técnicos e manuais que são emitidos pelos vários institutos. Há também ótimos materiais técnicos produzidos por empresas do ramo”, relata Cardoso. ■

II Encontro de Coordenadores do CRMV-SP é marcado pela assinatura da “Carta São Paulo” em apoio a qualidade da educação

Realizado no final de abril, na capital paulista, o II Encontro de Coordenadores de Cursos de Medicina Veterinária, organizado pela Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, reuniu 72 participantes, entre os quais coordenadores de 52 instituições de ensino superior (IES), representantes de conselhos regionais de outros estados e de associações de classe.

O evento foi marcado pela entrega simbólica da “Carta de São Paulo em Apoio ao CFMV”, que recolheu assinaturas dos participantes das IES e das associações de classe, ao presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida. A Carta é um manifesto pela qualidade do ensino da Medicina Veterinária no País e presta apoio ao CFMV em sua jornada contra a abertura indiscriminada de novos cursos de graduação e a temerária autorização da modalidade EaD.

“Elaborado com muito respeito, este documento mostra que São Paulo é contra o EaD integral, em apoio total ao CFMV. Queremos mostrar à sociedade e ao Ministério da Educação (MEC) nossa preocupação com a qualidade do ensino da Medicina Veterinária”, enfatizou Fábio Manhoso, presidente da Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, vice-presidente do Regional e coordenador de curso na Universidade de Marília.

Emocionado, o presidente do CFMV, parabenizou o Regional paulista pela atitude. “Fui surpreendido com essa carta de apoio, agradeço pela iniciativa voluntária, toda adesão é bem-vinda. Temos ido ao Congresso Nacional e conseguimos apoio de deputados e senadores. O que não queremos é 100% EaD, pois isso é banalizar a Medicina Veterinária e um risco para a sociedade”, ressaltou Cavalcanti.



ACERVO CRMV-SP

CRMV-SP participa da Aquishow 2023

O CRMV-SP participou, em maio, da 12ª edição da Aquishow Brasil, no Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento do Pescado Continental do Instituto de Pesca, em São José do Rio Preto (SP). A autarquia foi um dos apoiadores institucionais e financeiros do evento. A presidente da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, Agar Costa Alexandrino de Perez, participou da programação técnico-institucional do evento com a palestra “Aquicultura e Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo: uma parceria que tem tudo para dar certo”. E o membro efetivo da Comissão, também presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do Conselho, Cláudio Regis Depes, representou a autarquia na mesa redonda para discussão do tema “Sanidade da Tilapicultura na América Latina”.

O vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, representou o Regional na abertura oficial do evento, junto com as demais autoridades presentes, entre as quais o ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, o secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Antonio Julio Junqueira Queiroz, o prefeito de São José do Rio Preto, Edinho Araújo, e a presidente executiva da Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União (PeixeSP), Marilsa Fernandes. O presidente da Comissão Técnica de Agronegócio e secretário-geral do CRMV-SP, Fernando Gomes Buchala, também marcou presença.



ACERVO CRMV-SP

Da esq. para dir.: (atrás) Arsênio Caldeira Baptista Junior, Carlos Massatoshi Ishikawa, Cláudio Regis Depes, Luiz Marques da Silva Ayroza, Pedro Henrique Magalhães Cardoso, membros da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP; (na frente) Fábio Manhoso, vice-presidente da autarquia; Antonio Julio Junqueira Queiroz, secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Agar Costa Alexandrino de Perez, presidente da Comissão Técnica de Aquicultura; e Fernando Gomes Buchala, secretário-geral do Regional.

Panfleto digital sobre gestão adequada de resíduos é disponibilizado

A Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP lançou, no início de junho, durante a Semana Nacional do Meio Ambiente, o panfleto digital “10 passos para gestão adequada dos resíduos de serviços em saúde”, material educativo voltado aos profissionais.

A publicação, que está disponível na Plataforma CRMV-SP e poderá ser baixada e impressa para uso e distribuição, tem o objetivo de estimular a redução de eventuais impactos ambientais, assim como a possibilidade de acidentes com os trabalhadores, dos estabelecimentos de saúde – todos aqueles que prestam serviços relacionados ao atendimento de saúde humana e animal, inclusive os de assistência domiciliar e trabalhos de campo. “É importante que os profissionais executem essas regras no cotidiano de todas as atividades que geram resíduos de saúde, separando-os dos demais resíduos gerados e encaminhando-os de forma adequada e responsável ambientalmente, por meio de contratação ou parceria com empresas especializadas no tratamento e descarte destes materiais”, ressalta a presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental da autarquia, Elma Polegato.

Serviço – Acesse o material pelo link:

<https://crmvsp.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/Folder-Os-10-passos-para-a-gestao-adequada-dos-residuos-de-Servicos-de-Saude.pdf>

NAS COMISSÕES

Resgate Técnico Animal realiza treinamento junto ao Corpo de Bombeiros

Os membros da Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP participaram de instrução de resiliência do Corpo de Bombeiros. A Comissão, junto ao Grupo de Estudos em Resgate Técnico Animal da Universidade de Sorocaba, realizou uma simulação de resgate técnico de grandes animais retidos em poço durante formação para sargentos da Escola Superior de Bombeiros, em Franco da Rocha.

O treinamento, que teve duração de 12 horas e ocorreu em maio, abordou as boas práticas com técnicas e equipamentos, e o envolvimento de diversas atividades no que tange o resgate técnico de grandes animais, como equídeos e bovídeos, em espaços confinados, sendo essa uma das grandes casuísticas atendidas pelo Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo.



ACERVO CRMV-SP

Comissão Técnica de Alimentos participa de evento da Contha/CFMV

Em maio, foram realizados o II Fórum e o I Seminário da Comissão Nacional de Tecnologia e Higiene Alimentar do Conselho Federal de Medicina Veterinária (Contha/CFMV), em Brasília. Com o objetivo de fortalecer a atuação do médico-veterinário na área de segurança de alimentos de origem animal, o encontro reuniu membros da comissão nacional e representantes de 17 Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMVs), como o médico-veterinário Ricardo Moreira Calil, presidente da Comissão Técnica de Alimentos do CRMV-SP.

Os representantes das comissões técnicas dos regionais discutiram e estruturaram o plano de ações a ser realizado, além de discutir também três eixos temáticos principais: comunicação com a sociedade, curso de responsabilidade técnica padronizado e fórum permanente para temas importantes e emergentes em segurança dos alimentos.



ACERVO CRMV-SP

6º Encontro de Zootecnistas aborda a inserção do profissional em Saúde Única

Em celebração ao Dia do Zootecnista, comemorado em 13 de maio, a Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP realizou o 6º Encontro de Zootecnistas do Estado de São Paulo. Foram dois painéis, em formato on-line, tendo como tema central a inserção do profissional zootecnista no conceito de Saúde Única. No primeiro dia, o painel “Zootecnia: Desafios e Perspectivas da interdisciplinariedade” contou com médica-veterinária e presidente da Comissão Técnica de Saúde Veterinária do CRMV-SP, Adriana Maria Lopes Vieira e com o zootecnista e docente da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Jaboticabal, Mateus Paranhos da Costa.

Já o painel “Segurança dos Alimentos e Saudabilidade”, no segundo dia do evento, teve as participações dos zootecnistas José Evandro de Moraes, pesquisador científico do Instituto de Zootecnia, ligado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e Alexandre Orio Bastos, fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Serviço – Acesse o conteúdo dos dois dias de evento nos links abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=zCMXAAHiAKc>
<https://www.youtube.com/watch?v=7pfzlt8Y6AI>

Comissões Técnicas têm novas integrantes

Em maio, a Comissão de Responsabilidade Técnica recebeu a médica-veterinária Thaís Vieira Machado Bertozzi como nova integrante. Diretora do hospital Vet. Animaniac's, perita veterinária e assistente técnica judicial, Thaís também é membro da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal e defensora dativa nos processos ético-profissionais pelo CRMV-SP.

No início de junho, a Comissão de Homeopatia Veterinária recebeu duas médicas-veterinárias para compor o grupo de trabalho. Leoni Villano Bonamin, mestra e doutora em Patologia Experimental e Comparada (USP e École Nationale Vétérinaire de Lyon) e pós-doutorado em Patologia Ambiental e Experimental (Unip). Foi presidente do Groupe International de Recherche sur l'Infinitésimal (GIRI) e é editora adjunta da revista “Homeopathy” (Faculty of Homeopathy – London / Thieme Publishers) e integrante do corpo editorial da revista “International Journal of High Dilution Research” (GIRI). E Ana Regina Torro, mestra em Homeopatia (FACIS-IBEHE), com especialização em Homeopatia e Medicina Psicossomática (IBEHE). Foi coordenadora e professora do curso de homeopatia da Associação Paulista de Homeopatia. É coordenadora do curso de Especialização em Homeopatia Veterinária Clínica (Famesp). Autora do livro “Homeopatia veterinária: semiologia, matéria médica e psicossomática”.

Comissão de Responsabilidade Técnica oferece mensalmente palestras on-line

A Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP segue, ao longo do ano, realizando o “Ciclo de Palestras – Gestão da Responsabilidade Técnica na Medicina Veterinária”, em formato digital, com emissão de certificado de participação.

Na palestra de 16 de agosto, às 19h30, a presidente da Comissão de Pesquisa Clínica Veterinária, Greyce Balthazar Lousana, abordará a gestão de centros de pesquisa clínica como fator de sucesso.

Já no mês de setembro, serão realizadas duas palestras. A primeira, no dia 13, às 18h30, com o tema gestão da RT na Clínica de Silvestres, com Alessandro Ferraz Abdo Bijjeni, membro da Comissão de Responsabilidade Técnica. E a segunda, no dia 20, às 19h30, com Luciana Cintra, coordenadora do Centro de Experimentação e Treinamento em Cirurgia no Hospital Israelita Albert Einstein, falando sobre como cultivar o equilíbrio emocional do RT.

Serviço – Para se inscrever nas palestras do Ciclo de RT, acesse a plataforma do CRMV-SP – <https://crmvsp.gov.br/> – e busque a agenda de eventos. Para assistir as palestras anteriores, visite a página do Conselho no Youtube: <https://www.youtube.com/c/tvcrmvsp>.

I Encontro de Coordenadores de Cursos de Zootecnia do Estado de São Paulo debate matriz curricular e perfil do profissional

Realizado, em junho, o I Encontro de Coordenadores de Cursos de Zootecnia do Estado de São Paulo, organizado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), por meio de sua Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino, debateu temas importantes sobre a formação e o perfil do zootecnista. Durante o evento, também foram apresentados os resultados quantitativos do Panorama dos Cursos de Zootecnia do Estado de São Paulo.

O evento contou com 19 participantes externos e representantes de oito dos nove cursos de Zootecnia do estado de São Paulo: da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Jaboticabal, Botucatu, Ilha Solteira e Dracena; da Universidade de São Paulo (USP), campus Pirassununga; da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste); da Faculdade Eduvale, de Avaré; e do Centro Universitário Sudoeste Paulista (UniFSP), campus Avaré. Celso da Costa Carrer, presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, agradeceu o apoio do Regional e a aproximação com os profissionais zootecnistas. “Hoje é a prova de que estamos conseguindo ter espaço, com um evento na área de ensino. Em breve, com um evento mais amplo, será possível discutir todas as temáticas”, afirmou.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, destacou a importância do evento e também da formação ética do profissional, além da formação técnica. “A escola é a base para formar o bom profissional”, afirmou, ponderando temas como a formação humanitária, o ensino a distância, a matriz invertida do curso, a deontologia e a ética na Zootecnia, entre outros.



ACERVO CRMV-SP

Regional marca presença em evento internacional sobre Medicina Veterinária Legal

A presidente da Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP, Tália Missen Tremori, foi palestrante do II Simpósio Internacional de Medicina Legal Veterinária, que ocorreu, em maio, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Botucatu.

Atentas a esse panorama, a Unesp, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e a École Nationale Vétérinaire de Toulouse/França (integrante do Brafagri – Programa Brasil-França-Agricultura) desenvolvem estudos na área e participaram do evento.

Além de profissionais e peritos, o evento contou com participação expressiva da Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal do CRMV- SP. ■



Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 122ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0183/2019, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea “c” da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Vinicius Kirchheimmer, inscrito neste Regional sob o nº 27.341 - VP, pela violação aos Artigos 8º, inciso XII, e 9º, inciso I, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016), cumulada com multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 125ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0163/2019, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea “c” da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Murilo Takeda, inscrito neste Regional sob o nº 35.707-VP, pela violação ao Artigo 9º, inciso I, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 139ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0016/2018, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea “c” da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Konrad Porto Kaninski, inscrito neste Regional sob o nº 37.027-VP, pela violação ao Artigo 9º, inciso I, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da CXV Sessão Especial de Julgamento do CFMV, nos autos do Processo Ético-profissional CFMV nº 0110041.00000427/2022-37 (0096/2019-SP), vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea “c” da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária Luciana Andréia Araújo, inscrita neste Regional sob o nº 13.290-VP, pela violação aos artigos 3º, 4º, 6º, inciso VIII, 8º, incisos VIII e XXII, e 9º, inciso I, alínea “b”, 25, todos da Resolução CFMV nº 1.138/2016; e art. 5º, inciso I, da Resolução CFMV nº 1.236, de 2018, cumulada com multa de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 144ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº 00013/2022, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea “c” da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Gabriel Oliva Fantini, inscrito neste Regional sob o nº 28.836 -VP, pela violação aos Artigos 8º, inciso II, e 9º, inciso V, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016), cumulada com multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo

Plenário da 116ª Sessão Especial de Julgamento do CFMV, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0080/2017, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Wilson Grassi Junior, inscrito neste Regional sob o nº 08.611-VP, pela violação aos Artigos 6º, inciso II; 24º, inciso V; 30º, inciso I; 31º, inciso II; 35º, incisos I e IV, e 36º, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016), cumulada com multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 121ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0023/2017, vem publicar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, por 30 (trinta) dias, com fundamento no artigo 33, alínea "d", da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária Renata Sousa de Freitas da Costa, inscrita neste Regional sob o nº 22.917-VP, pela violação aos artigos 1º, 2º e 8º, incisos V e XXXII, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016), cumulada com o pagamento de multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DESAGRAVOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 545ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 20/10/2022, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da médica-veterinária Lorraine Katherine Silva Tyskowski – CRMV-SP nº 42.864/VP, tendo em vista que a empresa registrada no CNPJ nº 30.871.654/0002-32, filial, nome fantasia "Bolhas e Latidos Clínica Veterinária" e nome empresarial "Bolhas e Latidos Banho e Tosa Ltda", utilizou o nome e o número de registro da profissional em postagem promocional, por meio de WhatsApp, indevidamente, sem a sua prévia autorização, fato este ocorrido em setembro de 2022, conforme voto apresentado pelo Conselheiro Relator Prof. Dr. Sílvio Arruda Vasconcelos.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 545ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 20/10/2022, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO, em favor dos médicos-veterinários Vinícius Severo Silveira – CRMV-SP nº 19.664-VP e Fátima Cristina Ferreira Saulytis – CRMV-SP nº 11278-VP, servidores do município de Jacaref e que exercem as suas atividades profissionais no Abrigo Municipal, por mensagens ofensivas e difamatórias em meios de comunicação, rede social (Facebook), por vereadora do Município, de forma infundada sem base fática, fatos estes ocorridos em 15 de setembro de 2022, conforme voto apresentado pelo Conselheiro Relator Prof. Dr. Sílvio Arruda Vasconcelos.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 547ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 15/12/2022, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO, em favor do médico-veterinário Carlos Eduardo da Silva Faria – CRMV-SP nº 42.691-VP, responsável técnico do Centro de Controle de Vetores e Zoonoses da cidade de Viradouro/SP, por sua atuação ser constantemente sabotada, prejudicada e ignorada, pela diretoria do CCVZ, com prejuízos para os animais ali alocados, assim como por exposição vexatória de sua pessoa, por funcionária da Prefeitura, com a qual trabalha, conforme voto apresentado pelo Conselheiro Relator Prof. Dr. Sílvio Arruda Vasconcelos.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 2ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 29/05/2023, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO, em favor, do médico-veterinário Antônio Celso Rodrigues – CRMV-SP nº 12.948/-VP, funcionário concursado da Prefeitura do Município de Angatuba/SP, por mensagens ofensivas e difamatórias em meios de comunicação, rede social (Facebook), de forma infundada, sem base fática, especificamente, em relação a fatos ocorridos em 12 de abril de 2023, considerando que os elementos apresentados pelo ofendido indicam não ser o responsável pela inatividade do programa de castração do município de Angatuba-SP, no ano e em curso, conforme voto apresentado pelo Conselheiro Relator Prof. Dr. Sílvio Arruda Vasconcelos.

Méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero
CRMV-SP nº 02.889
Presidente

Abril a Junho de 2023	Resumo (R\$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	50.602.121,05
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	10.270.647,70
Multas p/ Infração	30.025,19
Honorários Advocaticios	190.395,59
Ressarcimentos	-
Rentabilidade Aplicações	1.388.891,71
Total Receitas	11.879.960,19
Despesas	
Salários/Férias/13º Salário	2.772.376,39
Benefícios/Encargos	1.920.273,98
Material de Consumo	45.396,96
Aluguéis/condomínios/IPTU/Seguros	432.945,62
Telefone/Energia Elétrica/Água	68.634,85
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	623.076,12
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	237.367,61
Auxílio Representação	2.521,80
Auxílio Despesas	27.084,00
Serviços de Terceiros	580.759,99
Manutenção e Conservação de Bens	884.580,04
Suprimentos Delegacias e Fiscais	6.093,89
Serviços de Informática	185.796,83
Indenizações e Restituições	17.600,82
Repasso Honorários Advocaticios	64.053,57
Desp. Ações Executivas	35.220,11
Serviços Postais e Telegráficos	54.660,63
Serviços Divulgação e Publicidade	7.781,72
Impostos, Taxas, Tarifas, Pedágio	611,07
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	46.644,00
Cota Parte CFMV	2.592.179,45
Despesas Bancárias	76.337,82
Compra de Bens	1.179.199,89
Total Despesas	11.861.197,16
SALDO BANCÁRIO FINAL	50.620.884,08
Composição Saldo Bancário	
Bco Brasil - BB CDB DI	30.490.115,14
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	100.596,20
CEF - CDB FLEX	19.978.889,65
CEF - Santa Cruz	51.283,09
Total	50.620.884,08

RECADASTRAMENTO PROFISSIONAL

ESTÁ DÍSPONIVEL!

Confira as
instruções e
baixe o app da
cédula digital

